



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE

GILVANE DA SILVA MILHOMEM SANTOS

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO SOCIAL E PEDAGÓGICO DE
UMA ESCOLA ESTADUAL MILITARIZADA DE BOA VISTA/RR

BOA VISTA-RR
2024

GILVANE DA SILVA MILHOMEM SANTOS

**ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO SOCIAL E PEDAGÓGICO DE
UMA ESCOLA ESTADUAL MILITARIZADA DE BOA VISTA/RR**

Dissertação apresentada ao PPGE-Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Roraima-UFRR, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Augusto Hercks Menin

BOA VISTA-RR
2024

GILVANE DA SILVA MILHOMEM SANTOS

**ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NO CONTEXTO SOCIAL E PEDAGÓGICO DE
UMA ESCOLA ESTADUAL MILITARIZADA DE BOA VISTA**

Dissertação apresentada ao PPGE-Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação, da Universidade Federal de Roraima-UFRR, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof. Dr. Pedro Augusto Hercks Menin – Orientador/PPGE/UFRR

Dr. Sérgio Luiz Lopes – Membro interno/PPGE/UFRR

Dr.^a Carla Monteiro de Souza – Membro externo/PROFHISTÓRIA/UFRR

Dr.^a Leila Adriana Baptaglin – Suplente interno/PPGE/UFRR

Dr.^a Alessandra Rufino Santos – Suplente externo/PROFHISTÓRIA/UFRR

Dedico este trabalho

Primeiramente, a *Deus*, fonte de toda sabedoria e força, por me guiar e aclarar meu caminho durante toda a jornada acadêmica e me sustentar nas horas de angústia. Às *minhas filhas*, por serem minha maior motivação diária e por me incentivar. Dedico ao meu *esposo*, que foi meu grande incentivador nesta jornada e meu porto seguro. À *minha família e aos amigos*, pela presença constante, pelas palavras de incentivo, orações e pela alegria que sempre me acompanharam. Vocês foram essenciais neste processo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois, sem sua bondade e misericórdia, não seria possível vencer este processo. Chegar até aqui sem dúvidas foi o cumprimento de seus propósitos em minha vida, pois os desafios enfrentados nesta jornada foram inúmeros. A sua graça me basta.

Aos meus pais (*in memoriam*), por terem sonhado este momento comigo e, mesmo sem estarem aqui, sou grata por cada ensinamento.

Ao meu esposo, Jeús Filho, minhas filhas, Gabriella, Grazielle e Júlia, por serem minha base e fortaleza no cumprimento dessa etapa.

À Universidade Federal, por oportunizar aos acadêmicos de pós-graduação de sua instituição um curso de qualidade e o enriquecimento curricular, assim também como referência para futuras pesquisas e base para novas políticas públicas educacionais.

Agradeço ao meu querido orientador Dr. Pedro Augusto Hercks Menin, por sempre me atender prontamente e, quase que imediatamente, superou minhas expectativas, por me ajudar a desenvolver minhas habilidades como pesquisadora e escritora e me orientar de forma tão leve. Obrigada por sua maestria e *expertise* ao compartilhar seus conhecimentos, pela paciência e incentivo constante para a superação dos desafios e aprimoramento do meu trabalho.

Aos meus professores das disciplinas do mestrado, pela dedicação, compromisso e contribuição ao repassarem seus conhecimentos, por proporcionarem momentos de discussões e trocas de experiências tão necessárias para nossa evolução profissional e acadêmica. Meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas de turma, com os quais compartilhamos tantos momentos de aprendizado, incertezas, medos e inseguranças, em especial às minhas amigas Claudiana, Andreza, Juli e Raissa, pela amizade e rede de apoio que formamos ao longo do processo, vocês foram essenciais para me manter no caminho, principalmente nos momentos mais difíceis que passei, vocês foram meu alento. Meu muito obrigada.

Aos meus familiares, irmãos na fé, amigos e colegas de trabalho, que sempre estiveram me apoiando, torcendo e incentivando meu crescimento pessoal e profissional, assim como a conclusão do mestrado.

À minha banca avaliadora, que foi tão solícita em aceitar participar desta etapa, assim como contribuíram com observações pertinentes à minha pesquisa, como também me ajudaram nas discussões posteriores à qualificação. Muito obrigada.

Agradeço à Secretaria Estadual de Educação e Desporto (SEED) e à Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC), por me conceder a licença para estudo e permissão para a pesquisa, assim como a contribuição, respeito e interesse pela temática da pesquisa.

Por fim, a todos que de forma direta ou indireta colaboraram para que fosse possível finalizar mais uma etapa acadêmica, assim como o apoio, palavras de incentivo e companheirismo. Por serem essenciais quando eu precisei de apoio.

A todos, gratidão!

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem se desanime, pois, o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar”.

Josué 1:9

A educação tem sentido porque mulheres e homens aprenderam que é aprendendo que se fazem e refazem, porque mulheres e homens se puderam assumir como seres capazes de saber.

Paulo Freire

RESUMO

A atuação da Orientação Educacional ganha espaço na história da educação brasileira, na medida em que sua prática fornece resultados objetivos no auxílio a problemas cotidianos dos alunos. Entretanto, não tem sido uma tarefa fácil aos profissionais envolvidos por precisar relevar peculiaridades políticas, econômicas, sociais, pedagógicas e administrativas institucionais. Seu exercício demanda diferentes responsabilidades que muitas vezes não permitem uma ação mais ampla e eficaz por extrapolarem os campos de atuação da escola e sua função social de ensinar. Este trabalho trouxe discussões que buscaram compreender a atuação da Orientação Educacional como parte da gestão escolar, sua evolução na história e legalidade da educação, seu papel mediante os desafios educacionais e sociais. A base teórica do objeto estudado abordou um recuo em sua historicidade e interpretou sua origem como vertente da Orientação Vocacional (OV) que antes desempenhava o papel de orientar o indivíduo quanto à sua escolha profissional. Com as mudanças econômicas e sociais ocorridas no cenário brasileiro, a educação adaptou-se, criando serviços educacionais que auxiliam o aluno no processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, a Orientação Educacional desempenha um papel fundamental na composição da gestão escolar com atendimento exclusivo voltado às necessidades acadêmicas e sociais do discente. Nesse contexto, o presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa do tipo participante, em que buscou-se construir conhecimento e reflexões acerca da orientação educacional na realidade roraimense de uma escola pública militarizada. Sua metodologia, de caráter participativo, partiu da questão norteadora da pesquisa: de que maneira se configura a prática da Orientação Educacional na perspectiva social e pedagógica de uma escola estadual militarizada em Boa Vista-RR? Participaram da pesquisa 1 Escola Estadual Militarizada inserida em um complexo residencial de um bairro periférico com o maior índice de violência, 3 Orientadores Educacionais lotados na instituição, 5 professores das disciplinas de maior carga horária (Língua Portuguesa e Matemática), 2 militares, sendo o comandante e um soldado, ambos responsáveis pelo Corpo de Aluno, e a diretora da Divisão Psicossocial de Desenvolvimento Escolar (DIPSE) por gerir as ações da Orientação Educacional do Estado de Roraima. No percurso exploratório, utilizou-se como instrumentos de coleta de dados a observação, entrevista semiestruturada e diário de bordo como procedimentos operacionais na prática da pesquisa. Para análise dos dados coletados, realizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2011), que se encontra estruturada em três fases. O estudo trouxe reflexões acaloradas referentes à prática conjunta da OE e dos militares, assim como resultados que desmistificam esse formato de atuação, tal como a parceria estabelecida entre ambos, combinando entre si seus princípios, valores e culturas, uma adaptação demarcada por conflitos, porém ajustada ao longo do processo.

Palavras-chave: Orientação Educacional; Prática Social e Pedagógica; Escola militarizada.

ABSTRACT

The role of Educational Guidance gains space in the history of education as its practice provides results, however, it has not been an easy task as it needs to consider the political, pedagogical and administrative characteristics of those who belong institutionally. Its exercise demands different responsibilities that often do not allow it to carry out what is considered essential, as it believes it is linked to current educational paradigms and which prevent it from building a possible broader practice socially. This work brought discussions that sought to understand the role of Educational Guidance as part of school management, its evolution in the history and legality of education, its role in facing educational challenges and social. The theoretical basis of the object studied addressed a retreat in its historicity and interpreting its origin as an aspect of Vocational Guidance (OV) that previously played the role of guiding the individual regarding their professional choice. With the economic and social changes occurring in the Brazilian scenario, education has adapted by creating educational services that help students in the teaching and learning process. In this way, Educational Guidance plays a fundamental role in the composition of school management with exclusive assistance aimed at the academic and social needs of the student. In this context, the present study presents a qualitative approach of the participatory type in which we sought to build knowledge and reflections about the topic under debate. Its participatory methodology was sumptuous in collecting the data to be analyzed in response to the research's guiding question: how is the practice of Educational Guidance configured from the social and pedagogical perspective of a militarized state school in Boa Vista-RR? Participating in the research were 01 Militarized State School located in a residential complex in a peripheral neighborhood with the highest rate of violence, 03 Educational Advisors stationed at the institution, 05 teachers of the subjects with the highest workload (Portuguese Language and Mathematics), 02 Military personnel being the commander and a soldier, both responsible for the Student Corps and the director of the Psychosocial Division of School Development (DIPSE) for managing the actions of the Educational Guidance of the State of Roraima. In the exploratory route, observation, semi-structured interviews and logbooks were used as data collection instruments as operational procedures in research practice. To analyze the collected data, Bardin's content analysis (2011) was used, which is structured in 3 phases. Therefore, the study brought heated reflections regarding the joint practice of the OE and the military, as well as results that demystify this format of action, such as the partnership established between them, combining their principles, values and cultures, an adaptation marked by conflicts, however adjusted throughout the process.

Keywords: Educational Guidance; Social and Pedagogical Practice; Militarized school.

RESUMEN

El rol de la Orientación Educativa gana espacio en la historia de la educación a medida que su práctica arroja resultados, sin embargo, no ha sido una tarea fácil pues requiere considerar las características políticas, pedagógicas y administrativas de quienes pertenecen institucionalmente. Su ejercicio exige diferentes responsabilidades que muchas veces no le permiten llevar a cabo lo que considera esencial, por considerarlo vinculado a los paradigmas educativos actuales y que le impiden construir una posible práctica más amplia socialmente. Este trabajo trajo discusiones que buscaron comprender el papel de la Orientación Educativa como parte de la gestión escolar, su evolución en la historia y legalidad de la educación, su papel en el enfrentamiento de los desafíos educativos y sociales. La fundamentación teórica del objeto estudiado abordó un retroceso en su historicidad e interpretando su origen como un aspecto de la Orientación Vocacional (OV) que anteriormente desempeñaba el papel de orientar al individuo respecto de su elección profesional. Con los cambios económicos y sociales que ocurren en el escenario brasileño, la educación se ha adaptado creando servicios educativos que ayudan a los estudiantes en el proceso de enseñanza y aprendizaje. De esta manera, la Orientación Educativa juega un papel fundamental en la composición de la gestión escolar con asistencia exclusiva dirigida a las necesidades académicas y sociales del estudiante. En este contexto, el presente estudio presenta un enfoque cualitativo del tipo participativo en el que buscamos construir conocimientos y reflexiones sobre el tema en debate. Su metodología participativa fue suntuosa en la recolección de datos para ser analizados en respuesta a la pregunta orientadora de la investigación: ¿cómo se configura la práctica de la Orientación Educativa desde la perspectiva social y pedagógica de una escuela estatal militarizada en Boa Vista-RR? Participaron de la investigación 01 Escuela Estatal Militarizada ubicada en un complejo residencial en un barrio periférico con mayor índice de violencia, 03 Asesores Educativos destacados en la institución, 05 profesores de las materias con mayor carga horaria (Lengua Portuguesa y Matemáticas), 02 Siendo militares el comandante y un soldado, ambos responsables del Cuerpo de Estudiantes y el director de la División Psicosocial de Desarrollo Escolar (DIPSE) para la gestión de las acciones de la Orientación Educativa del Estado de Roraima. En la ruta exploratoria se utilizaron como instrumentos de recolección de datos la observación, las entrevistas semiestructuradas y los cuadernos de bitácora como procedimientos operativos en la práctica investigativa. Para analizar los datos recopilados se utilizó el análisis de contenido de Bardin (2011), el cual se estructura en 3 fases. Por lo tanto, el estudio trajo acaloradas reflexiones sobre la práctica conjunta de la OE y los militares, así como resultados que desmitifican este formato de acción, como la asociación establecida entre ellos, combinando sus principios, valores y culturas, una adaptación marcada por conflictos, sin embargo.

Palabras clave: Orientación Educativa; Práctica Social y Pedagógica; Escuela militarizada.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa conceitual com os períodos legais e históricos da Orientação Educacional .	33
Figura 2 – Estrutura das Subsecretarias de Fomento às Escolas de Gestão Cívico-Militar	47
Figura 3 – Esquema de hierarquia da gestão cívico-militar em relação a OE e CA	50
Figura 4 – Configuração da técnica de análise de conteúdo.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Bibliografia anotada das teses	20
Quadro 2 – Bibliografia das dissertações selecionadas para análise da categoria “Orientação Educacional”	21
Quadro 3 – Bibliografia das dissertações selecionadas para análise da categoria “Escolas Militarizadas”	22
Quadro 4 – Decreto a ser considerado um marco inicial na história da OE no Brasil	28
Quadro 5 – Pontos que desencadearam a desvalorização da Orientação Educacional no Brasil	30
Quadro 6 – Documentos oficiais do governo federal que normatizam a gestão cívico-militar	46
Quadro 7 – Perfil dos orientadores educacionais participantes da pesquisa	56
Quadro 8 – Perfil dos professores participantes	57
Quadro 9 – Perfil da participante amostra da DIPSE	57
Quadro 10 – Problemáticas socioemocionais atendidas pela DIPSE	58
Quadro 11 – Perfil dos militares do Corpo de Aluno (CA)	58
Quadro 12 – Categorias de análises formas a partir da triangulação das falas nas entrevistas e dados obtidos na observação participante	64
Quadro 13 – Categorias definidas e síntese das discussões	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CA – Corpo de aluno
- CADES – Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário
- CFOR – Centro de Formação de Profissionais de Educação
- CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
- CP – Coordenador pedagógico.
- DEB – Departamento de Educação Básica
- DF – Distrito Federal
- DIPSE – Divisão Psicossocial de Desenvolvimento Escolar
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- LAOSP – Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases
- OE – Orientação Educacional
- OEM – Orientador Educacional Matutino
- OEN – Orientador Educacional Noturno
- OEV – Orientador Educacional Vespertino
- OR.ES – Orientadores Educacionais
- OV – Orientação Vocacional
- PCIME – Programa Nacional de Implantação das Escolas Cívico-Militares
- PECIM – Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
- PIP – Programas de Informação Profissional
- PNEE – Portadores de Necessidades Educacionais Especiais
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- SECIM – Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares
- SEED – Secretaria Estadual de Educação e Desporto
- SETRABES – Secretaria de Estado de Trabalho e Bem-Estar
- SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
- SOE – Serviço de Orientação Educacional
- TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UBS – Unidade Básica de Saúde
- UERR – Universidade Estadual de Roraima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
INTRODUÇÃO	16
1 MARCO TEÓRICO.....	19
1.1 ANÁLISE DE LITERATURA CONSULTADA	19
1.2 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (OE): ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS NA CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA	24
1.3 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: DEFINIÇÃO E ATUAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL E PEDAGÓGICO.....	34
1.4 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR.....	40
1.5 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO COMPARTILHADA CÍVICO-MILITAR: CONTEXTO GERAL E LOCAL	45
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	52
2.1 PANORAMA DO CENÁRIO DA PESQUISA.....	54
2.2 PERFIL E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	55
2.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	59
2.3.1 Análise documental	59
2.3.2 Observação participante	60
2.3.3 Entrevista semiestruturada	61
2.4 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS	62
2.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	65
2.5.1 Categoria 1 – relação dialógica e acolhedora da OE.....	65
2.5.2 Categoria 2 – Orientação Educacional na interconexão social	69
2.5.3 Categoria 3 – Orientação Educacional: malabarismo pedagógico	72
2.5.4 Categoria 4 – princípios da OE e a cultura militar: entre dilemas e parceria.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	83
ANEXO A	88
ANEXO B.....	89
ANEXO C	91
ANEXO D	94
ANEXO E.....	97
ANEXO F.....	99

ANEXO G	101
ANEXO H	103
APÊNDICE A	104
APÊNDICE B	106
APÊNDICE C	107
APÊNDICE D	108
APÊNDICE E	109

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a prática da Orientação Educacional (OE), suas especificidades e atuação no contexto social e pedagógico de uma escola estadual militarizada de ensino fundamental anos finais e ensino médio em Boa Vista-Roraima.

Considero importante abordar inicialmente, e em primeira pessoa, minha trajetória profissional e acadêmica, para que o leitor compreenda os caminhos percorridos até a realização desta pesquisa.

Sou professora efetiva da rede pública de ensino há 23 anos, pedagoga graduada na Universidade Estadual de Roraima (UERR), desde 2007. No exercício do magistério, foi inevitável não experienciar as problematizações advindas da realidade escolar, assim como as inquietações e angústias da profissão, o que me tornou exímia observadora dos fenômenos naturais e sociais ocorrentes nesse contexto, movendo-me à condição de pesquisadora. Desse modo, o interesse por essa temática surgiu de indagações que constantemente sobrevenham à minha consciência, por sempre observar um número excessivo de alunos em frente à sala da OE, para serem ouvidos e assistidos, assim como o profissional inquietantemente em movimento no ambiente escolar.

Recordo-me de algumas conversas paralelas na sala dos professores na hora do intervalo, nas quais a orientadora educacional sempre tecia comentários preocupantes sobre o comportamento, desempenho acadêmico e socioemocional, dentre outros aspectos referentes aos alunos. Na maioria das vezes, esse profissional sobrecarregado, carregando fichas e modelos de relatórios para entregar aos demais colegas e quase sempre tendo sua presença solicitada pela gestão da escola, pais e discentes.

Essa realidade me tocou a conhecer a dimensão teórica em que a prática da Orientação Educacional está vinculada, assim como seu exercício real no campo educacional, sua abrangência e configuração em um ambiente complexo de características peculiares, de uma escola militarizada. Além disso, leva-me a refletir sobre sua prática oriunda de um ambiente não tão convencional, carregado de violência, bullying, uso de entorpecentes, baixo rendimento, indisciplina, dentre outras adversidades derivadas de um contexto socioeducacional fragilizado, que apresenta inúmeras desvantagens, impactando diretamente no desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos.

INTRODUÇÃO

Ao analisar as literaturas sobre a temática, compreendemos que a Orientação Educacional é considerada uma área de competência da Gestão Escolar exercida por um pedagogo, designado a acompanhar o desempenho do aluno tanto em caráter acadêmico como pessoal. Seu papel é mediar as relações dentro da escola, promover espaços de diálogo e escuta entre todos os envolvidos, aluno-aluno, aluno-professores, professores-famílias e famílias-escola (Giacaglia; Pentead, 2021). É recorrente, no meio educacional, que a OE tenha sua prática confundida com a da coordenação pedagógica, pois, em muitas realidades institucionais, ainda não existe a presença desse profissional, o que acaba por acarretar a sobrecarga de tarefas ao coordenador pedagógico. Cabe ressaltar que a incumbência de ambas as funções se difere no ambiente educacional, visto que, enquanto a OE é responsável em acompanhar e orientar as relações do aluno e seu desenvolvimento integral, a Coordenação Pedagógica auxilia, ajuda e orienta os professores nas suas práticas pedagógicas.

Autores como Brandão (2006) e Melo (1994) já previam conflitos quanto à definição do papel e campo de atuação desse profissional, pois este recebia atribuições e nomes diversos em diferentes estados e redes do sistema escolar brasileiro. Essa diversidade descaracterizava a real intenção do seu papel e causava confusão entre os papéis desenvolvidos por outros profissionais da educação. Nesse aspecto, a Orientação Educacional apresentou oscilação no cenário das legislações e no seu campo teórico epistemológico. É interessante abordar as frequentes referências e abreviaturas utilizadas para suas diferentes nomenclaturas: Orientação Educacional (OE), Orientador Educacional (OR.E./OR. ES., no plural), Orientador Vocacional (OV) e Serviço de Orientação Educacional (SOE).

Nas escolas estaduais de Roraima, a OE atua desde o ano de 2009 por meio do projeto intitulado *Professor Orientador: prevenir e cuidar*, gerido pela Divisão Psicossocial de Desenvolvimento Escolar (DIPSE) ligada ao Departamento de Educação Básica (DEB) que acompanha e auxilia os profissionais da Rede em suas atividades. Ele foi criado para estabelecer ações de caráter preventivo e interventivo nas demandas e conflitos recorrentes do contexto socioeducacional das instituições e é desenvolvido por um pedagogo que compõe a equipe diretiva da escola. Sua regulamentação no âmbito estadual se deu em 17 de agosto de 2016 por meio do Decreto n.º 887-P, que descreve suas atribuições.

Durante o estudo teórico realizado nesta pesquisa, mostrou-se necessário recuar na história da Orientação Educacional para compreender as circunstâncias em que esta foi implementada nas escolas, a princípio como Orientação Vocacional (OV) no século passado,

na década de 20, quando o papel desse profissional era orientar o aluno quanto às suas habilidades “vocacionais” para determinada profissão. Porém, em virtude das transformações ocorridas na sociedade e na educação, houve mudanças em sua função e nomenclatura. Nessa conjuntura foi fundamental redefinir seu papel e estabelecer novos serviços dentro das escolas voltados para o aluno e suas necessidades, em uma dimensão mais pedagógica e social.

A atuação da OE ganha espaço na história da educação na medida em que sua prática fornece resultados, estando cada vez mais comprometida em favorecer uma educação emancipadora e mais humanística. Entretanto, não tem sido uma tarefa fácil por precisar considerar as características políticas, pedagógicas e administrativas a quem pertence institucionalmente, como as diferentes gestões político-partidárias que trazem exigências novas, nem sempre baseadas nos melhores ideais pedagógicos, mas costumeiramente voltadas para o marketing do governo da vez. Seu exercício demanda diferentes responsabilidades que, muitas vezes, não lhe permite efetivar o que é considerado essencial, por acreditar estar atrelada a políticas educacionais vigentes e que a impedem de construir uma possível prática social e mais ampla a serviço da sociedade.

Nesse sentido, a proposta deste estudo surge de inquietudes no que se refere à prática da Orientação Educacional no contexto social e pedagógico, em um recorte de uma escola estadual militarizada, com o objetivo de analisar a prática da Orientação Educacional e suas especificidades no contexto social e pedagógico de uma escola estadual militarizada, em Boa Vista-RR. Para essa análise, foram delimitados os seguintes objetivos específicos: verificar a atuação do Orientador Educacional em parceria com os militares; identificar os desafios da Orientação Educacional frente às demandas socioeducacionais em uma escola de gestão cívico-militar; correlacionar aspectos teóricos e práticos do Orientador Educacional na escola campo de pesquisa.

Com base em sua composição histórica regional, teórica e prática, este estudo buscou responder à questão de investigação que norteou a pesquisa: de que maneira se configura a prática da Orientação Educacional na perspectiva social e pedagógica de uma escola estadual militarizada em Boa Vista-RR?

Para legitimar teoricamente as discussões aqui tratadas, foi essencial trazer como base bibliográfica as obras de Grinspun (2012) e Giacaglia e Penteado (2021), que tecem abordagens reflexivas e provocativas referentes à prática da OE no contexto escolar e social.

Mediante a importância do papel da Orientação Educacional em uma perspectiva social e pedagógica, intencionou-se, com esta pesquisa, um olhar mais atento e reflexivo sobre sua atuação nos diferentes contextos educacionais formais e não formais, dos quais se destacam a

escola, a família, a comunidade escolar externa, as relações interpessoais, sociais-emocionais e culturais.

A presente dissertação apresentou um estudo qualitativo do tipo participante, com o intuito de promover uma relação colaborativa entre pesquisador e participantes da pesquisa. Em suma, a presente redação está estruturada em dois capítulos que trazem em seus escopos o marco teórico e os caminhos metodológicos da pesquisa, organizados em subcapítulos, e as considerações finais.

Na primeira abordagem, traz uma revisão da literatura, apresentando um levantamento de teses e dissertações realizado no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) sobre a temática do estudo. Em seguida, é apresentada a base teórica, com o cotejo de discussões que sustentam a pesquisa de acordo com as categorias exploradas no estudo. Desse modo, aborda-se os aspectos históricos e legais na contextualização educacional brasileira, situando um breve relato sobre sua história no Brasil, percalços quanto à determinação de sua função, períodos de atuação e nomenclaturas da OE; sua definição e atuação no contexto social e pedagógico, discutindo as ideias de definições da OE segundo os autores de base da pesquisa e a relevância de sua prática no desenvolvimento socioeducacional do aluno; o papel da OE na composição da gestão escolar e sua importância no compartilhamento de tarefas, assim como a diferenciação da função de cada membro da equipe; e, por fim, a Orientação Educacional sob a ótica da Gestão Compartilhada Cívico-Militar, trazendo uma rápida análise temporal sobre a gestão escolar compartilhada entre civis e militares, sua legalidade institucional e um recorte do Regimento Geral e estadual das escolas militarizadas, assim como a delegação das funções da OE.

O segundo capítulo discorre sobre os caminhos metodológicos da investigação, assim como sua sistematização, cenário da pesquisa, perfil dos participantes, procedimentos de coletas e análise dos dados, bem como as categorias constituídas e discutidas reportadas na problemática apontada no estudo.

Por fim, compondo a última parte desta dissertação, apresentam-se as considerações finais, que enfatizarão os resultados e achados da pesquisa, assim como uma reflexão aprofundada sobre a prática da Orientação Educacional mediante o contexto explorado.

Ademais, espera-se que o presente estudo traga benefícios e colabore no processo educacional, social e acadêmico, propondo um olhar singular aos contextos atuais da educação, respeitando suas particularidades, sendo base para novas produções científicas conhecimentos capazes de problematizar as práticas sociais e pedagógicas da Orientação Educacional.

1 MARCO TEÓRICO

O presente capítulo traz abordagens pertinentes à temática apresentada no estudo e é organizado em subcapítulos que deram uma base sólida à pesquisa. Discutiu-se teorias e conceitos de trabalhos anteriores numa revisão bibliográfica, o que permitiu posicionar-se no contexto literário já existente, assim como proporcionou uma visão geral e concisa nas discussões, guiadas pelos autores utilizados no alicerce teórico da investigação.

1.1 ANÁLISE DE LITERATURA CONSULTADA

Este momento da pesquisa científica é essencial, como uma expedição em busca de novos saberes e respostas para questões investigativas. Nesta jornada, a revisão bibliográfica assume o papel determinante como um mapa, guiando o pesquisador por caminhos relevantes e iluminando seu trajeto com a sabedoria de estudiosos que já trilharam o mesmo caminho antes. Dessa forma, buscou-se identificar lacunas que ainda carecem de investigação, assim como delimitar o foco para a pesquisa, permitindo o contato com diferentes perspectivas metodológicas e proporcionou o diálogo com outros pesquisadores a partir das discussões. Como afirma Fonseca (2002):

[...] a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Como ponto crucial da pesquisa, esta fase de conhecimento das abordagens científicas já disponíveis sobre a temática em questão é de extrema necessidade para identificar as lacunas literárias que precisam ser exploradas e as interrogatórias que ainda não foram respondidas. Para tanto, inicia-se com buscas no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para obtenção de conhecimento sobre produções já realizadas na mesma proposta da temática aqui discorrida.

Com o descritor orientação educacional entre aspas, ou seja, “orientação educacional”, realizou-se o levantamento bibliográfico de teses nos últimos 5 anos, das quais obteve-se 8 produções, porém apenas 2 têm relação direta com o tema investigado, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Bibliografia anotada das teses

Autor	Ano	Obra	Palavras-chaves	Instituição
GOMES, Edson Soares	2020	Estigma e construção social de alunos-problemas: dilemas e perspectivas da Orientação Educacional	Aluno-problema; escolas; estigma; desvio	Doutorado em Educação/Universidad e Federal do Rio de Janeiro
LUCIO, Alicia Mariani	2022	Entre a “Panaceia”, a “Ponte” e a formação: a orientação educacional na campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário (CADES) nas décadas de 1950 e 1960	História da Educação, Orientação Educacional, Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, Formação Docente, Ensino Secundário.	Doutorado em Educação/Universidad e Federal do Paraná

Fonte: elaboração própria a partir do resultado da pesquisa (2024)

Em síntese, as teses presentes no quadro trouxeram luz para o estudo, assim também como preocupação ao demonstrar o vazio na produtividade acadêmica em nível de doutorado relacionada ao tema em questão.

Diante do exposto, evidencia-se o trabalho de Gomes (2020), que traz um compilado de situações escolares conflituosas vivenciadas e narradas por orientadores educacionais de diferentes instituições da mesma rede de ensino. Sua estrutura está organizada em textos corridos e artigos, que esquematizam o “aluno-problema” como eixo principal da pesquisa.

Nessa discussão, o autor destaca o papel privilegiado da Orientação Educacional na desconstrução de estigmas e como atuam para garantir a permanência e sucesso acadêmico do aluno, assim como na construção de sua identidade, sem depreciá-los. Ele conclui que a OE ocupa um lugar de extrema importância na interação entre diferentes sujeitos na ambiência escolar e que deve assumir uma função central nesse sentido. Por fim, aponta-se para a necessidade de novos estudos sobre estigma na escola, uma vez que esses podem contribuir na formação de escolas públicas mais comprometidas com o “aluno real”.

Já nos estudos de Lucio (2022), é realizado um recorte temporal para compreender como a Orientação Educacional foi representada nas publicações da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES), entre 1957 e 1964. Para tanto, a autora aprofundou-se em conhecer a legislação da época e os autores que tiveram seus textos divulgados. Preocupou-se, também, em compreender a Orientação Educacional e sua relação além dos muros da escola, seu lugar, suas representações projetadas sobre sua função e relação com os demais profissionais da instituição. Ela conclui o estudo com sugestões de que a OE é um tema de estudo da História da Educação ainda pouco explorado e que merece o investimento de novas pesquisas.

No segundo momento da revisão bibliográfica, foram feitas buscas de dissertações com o mesmo descritor, “orientação educacional”. Localizaram-se oito produções, dentre elas alguns bens recentes do ano de 2023, porém foi necessário utilizar o critério de inclusão e exclusão desses estudos, pois, apesar do resultado obtido nas buscas, nem todas tinham relação direta com a proposta da pesquisa, o que trouxe certa complexidade no desenrolar do estudo, mediante o pouco material para exploração.

De acordo com a seleção dessas dissertações encontradas, apenas uma tinha aproximação com os vieses da pesquisa em andamento. Dessa forma, é perceptível a escassez de produções a respeito do problema pesquisado, como descrita no Quadro 2, o que desperta um olhar mais reflexivo quanto às agravantes detectadas ao longo da pesquisa.

Quadro 2 – Bibliografia das dissertações selecionadas para análise da categoria “Orientação Educacional”

Autor	Ano	Obra	Palavras-chaves	Instituição
FERNANDES, Marina Daipré Targa	2022	A visão do Orientador	educação; orientação educacional;	Mestrado em Educação: Psicologia da Educação

		Educacional acerca do papel social da escola	função social da escola	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC- SP)
--	--	---	----------------------------	--

Fonte: elaboração própria baseada em pesquisas no Portal da Capes (2023)

Fernandes (2022) aborda em seus estudos a compreensão dos orientadores educacionais em relação à função social da escola. A autora traz reflexões e relatos sobre sua atuação na OE, endossando a importância desse profissional e sua referência positiva no que tange ao desenvolvimento integral do aluno. Portanto, conclui-se que o Orientador Educacional compreende seu papel como articulador e mediador de conhecimento, promovendo a função de hominização do sujeito, ajudando-os a constituir-se como pessoa a partir do seu processo socioeducacional.

Com o objetivo de aclarar as discussões abordadas neste trabalho científico, fez-se também necessário realizar um levantamento de teses e dissertações no portal da Capes para a análise das produções sobre outra categoria do tema abordado. Com a mesma estratégia anterior, foi utilizado, entre aspas, o descritor “Escolas Militarizadas”, que obteve como respostas 5 dissertações, porém somente 4 delas estão na mesma abordagem da pesquisa.

Quadro 3 – Bibliografia das dissertações selecionadas para análise da categoria “Escolas Militarizadas”

Autor	Ano	Título	Palavras-chaves	PPG/Instituição
MIRANDA, Edna Mara Correa	2021	Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal	currículo; educação; escolas cívico-militares; gestão compartilhada; violência escolar	Mestrado Profissional em Educação Universidade de Brasília
Sena, Hélio Cleidilson de Oliveira	2021	Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino	colégios militares; escolas militarizadas; racionalidade neoliberal; neoconservadorismo; parcerias educacionais	Mestrado em Educação Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo-MA

SANTOS, Mariana Teixeira dos	2023	Isso é presídio, moço! O que pensam os(as) estudantes sobre as escolas militarizadas do DF	gestão compartilhada; escola cívico-militar; disciplina; militarização da educação; participação social	Mestrado em Educação Universidade de Brasília
SANTOS, Tatiany do Socorro Silva dos	2023	Militarização da Escola Pública: a gestão escolar compartilhada/cívico-militar em escolas estaduais do Amapá (2017-2022)	Gestão compartilhada/cívico-militar. Militarização. Gestão Administrativa. Gestão didático-pedagógica.	Mestrado em Educação, Universidade Federal do Amapá-UFAP

Fonte: elaboração própria baseada em pesquisas no Portal da Capes (2023)

Miranda (2021) traz abordagens analíticas sobre a composição do currículo escolar das escolas cívico-militares do Distrito Federal. A autora destaca a realidade desigual que as escolas da rede pública estão inseridas e a adequação que essas fizeram no espaço físico e em suas propostas de ensino. Como produto de sua pesquisa, a autora apresenta uma nota técnica e a proposta de produção de um livro a partir de seu estudo. Em síntese, ela conclui que a militarização das escolas de seu estado só apresentou melhoras nas questões disciplinares e que é insuficiente nas demais áreas institucionais.

Já na análise de Sena (2021), que desenvolveu sua pesquisa nas escolas militarizadas do Maranhão, destaca entre os principais achados da pesquisa, a possibilidade de resolverem a violência e indisciplina nas escolas localizadas nas regiões de vulnerabilidade. Em sua interpretação dos dados, a autora destaca essa parceria entre corporação militar e redes públicas de ensino, mostrando ações excludentes no processo de ingresso nessas escolas, assim como o ganho de credibilidade evidenciada nos exames externos. Por fim, essa considera a desnaturalização de muitas questões sobre as escolas militarizadas no contexto da racionalidade neoliberal e do neoconservadorismo.

Para Santos (2023), sua pesquisa buscou analisar a perspectiva dos estudantes acerca da disciplina e da participação social dentro de escolas públicas militarizadas do Distrito Federal (DF), por meio de um estudo de caso. Em suas discussões, a autora identifica a importância da concepção da nomenclatura sobre a militarização da educação, o crescimento desse fenômeno nas instituições civis e a relevância de produções sobre essa temática. Em sua conclusão, ela endossa que nesse formato educacional não há estímulos dos princípios do exercício democráticos e de cidadania, assim como observou uma incompatibilidade entre participação

social e disciplina militar.

Santos (2023) apresenta em seu estudo uma análise de como se configura a organização administrativa e didático-pedagógica, a concepção de gestão escolar e a distribuição de poder em escolas de gestão escolar compartilhada/cívico-militar no estado do Amapá, no período de 2017-2022. Em suma, a autora faz críticas ao modelo de gestão cívico-militar, em que reporta essa estrutura à época da ditadura e fere o direito à democracia, já que, segundo uma votação realizada entre pais, professores e alunos, foi votado não favorável ao modelo. Desse modo, a autora responsabiliza o estado por sua ineficiência em garantir direitos sociais.

Mediante a base teórica e conceitual fornecida por estudos já realizados na mesma vertente da pesquisa em questão, foi possível obter benefícios com os conhecimentos já construídos por outros autores e direcionar os caminhos metodológicos como base para este trabalho.

1.2 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL (OE): ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS NA CONTEXTUALIZAÇÃO EDUCACIONAL BRASILEIRA

Historicamente a Orientação Educacional sempre esteve interligada ao desenvolvimento da educação e seus conflitos sociais, culturais, políticos e econômicos. Na medida em que essa ganhava novas perspectivas de análise e de crítica, a OE se configurava em vários aspectos para atender às exigências do seu tempo. Por sua vez, trilhou um caminho longo e rico em transformações, desde suas raízes norte-americanas, na era da tardia revolução industrial brasileira, até a sua atual configuração como área abrangente e essencial para o desenvolvimento integral dos alunos. Compreender sua trajetória histórica e seus aspectos legais é fundamental e deve-se atentar para dois fatos que foram cruciais em sua instituição, segundo Giacaglia e Penteadó (2021, p. 19):

Que, não obstante a necessidade criada pelas transformações sociais, políticas, econômicas e culturais advindas da Revolução Industrial, pelas quais, ainda que mais tardiamente, também passou o nosso país, a OE surge, na escola brasileira, não motivada por tais transformações, mas por influência estrangeira, principalmente dos EUA; e que há uma profusão de leis e uma legislação de certo modo avançada para a época, não corresponderia uma realidade que tornasse viável a implementação do que estatuíam as leis.

Dentro desse cenário, configura-se a Orientação Educacional caracterizada no papel de Orientador Vocacional (OV), que surgiu como uma ferramenta essencial para auxiliar os jovens na escolha de carreiras que se alinhassem às suas habilidades e potenciais. Por meio de testes

vocacionais, entrevistas e acompanhamento individualizado, os orientadores vocacionais buscavam identificar as aptidões, interesses e valores dos alunos, guiando-os na tomada de decisões assertivas sobre seu futuro profissional.

Sua raiz histórica teve início com Frank Parsons¹ em 1908, em Boston, nos Estados Unidos, reconhecido como o pai da Orientação Vocacional na literatura internacional. Engenheiro por formação e professor por profissão, acreditava que os jovens deveriam ser preparados nessa transição da escola para o mercado de trabalho, pois teriam mais êxito se estivessem certos da profissão a seguir, o que ocasionaria mudanças sociais relevantes. As ideias inovadoras de Parsons influenciaram profundamente o desenvolvimento da OV no mundo todo. Seus métodos e técnicas, embora com suas devidas adaptações ao longo do tempo, serviram como base para a construção da OV moderna, que hoje se adapta às novas demandas do mercado de trabalho e às necessidades dos indivíduos em constante transformação.

A teoria da Orientação Vocacional tornou-se clássica, pois seu objetivo era colocar o indivíduo certo no lugar certo de acordo com sua aptidão profissional.

[...] caberia a OV a tarefa de colocar o “homem certo na função certa”. A teoria de Parsons não só se tornou bastante conhecida como difundida, como também iria influenciar sobremaneira, e por muito tempo, a condução da OV e, por conseguinte, a da própria OE, com ela então confundida (Giacaglia; Penteadó, 2021, p. 7).

Parsons (2005), defendia um novo formato de OV que ia além da mera orientação profissional. Ele intencionou um vasto processo que considerava os aspectos psicológicos, sociais e vocacionais dos indivíduos, auxiliando-os na autodescoberta, no desenvolvimento de habilidades e na construção de um projeto de vida coerente com seus sonhos e aspirações.

De acordo com as leituras aprofundadas acerca desse grande pioneiro da Orientação Vocacional, foi possível observar que sua conduta era de fato humanística, que não se restringia meramente à escolha de uma profissão, mas defendia uma abordagem holística, reconhecendo o potencial humano em sua totalidade. Sua visão inovadora ia além da época, abrindo portas para uma nova era de direcionamento profissional, assim, lançou as bases para a OV moderna, moldando-a em um instrumento poderoso para o desenvolvimento individual e social (Giacaglia; Penteadó, 2021).

Já no cenário brasileiro, a Orientação Educacional despontou na década de 20, em

¹ Frank Parsons era um educador e reformador social que foi considerado o pai da Orientação Vocacional (OV). Foi o primeiro a sistematizar um método científico dividido em 3 etapas, para auxiliar o indivíduo na escolha de sua carreira. Sua formação inicial era na área de engenharia, porém dedicou-se aos serviços sociais e educacionais (Ribeiro; Uvaldo, 2007).

consequência das novas necessidades que surgiram em relação à educação, emergindo também no território da Educação Vocacional. A rápida industrialização e as mudanças no mercado de trabalho da época demandavam a preparação dos indivíduos para as novas exigências profissionais, despontando uma nova configuração educacional. Portanto, foi espelhada em um molde institucional advindo dos EUA, em um momento em que os fenômenos sociais e econômicos foram impactantes para reformulação do sistema educacional. Assim, da mesma forma como ocorrera em outros países, o aumento da população em virtude do surto de industrialização levou à necessidade de mão de obra especializada e, em decorrência desses fatores, foi implantado um modelo tecnicista nas escolas, também conhecido como pedagogia tecnicista, uma tendência pedagógica marcante nessa época que preparava o indivíduo tanto de forma escolar quanto de forma institucional para o mercado de trabalho (Luckesi, 2003).

Em um recorte histórico sobre os pioneiros da Orientação Educacional no Brasil, destaca-se o engenheiro suíço Roberto Mange², que foi contratado pelo governo do estado de São Paulo para lecionar na Escola Politécnica, um dos berços do pensamento industrial brasileiro. Formado em engenharia pela ETH Zurich, possuía uma bagagem de não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma visão inovadora da educação. Foi fundador do serviço e orientação profissional no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (LAOSP³), que objetivava principalmente a formação de mão de obra qualificada para suprir as demandas da industrialização iniciante no Brasil. Tal ação transformou-se em um marco no desenvolvimento da educação brasileira, assim como escopo na escolha de carreiras adequadas às suas aptidões e interesses, reconhecendo o papel crucial da OE na construção do futuro profissional do país.

É notório nas discussões acima, mesmo que de forma resumida, a implantação da Orientação Educacional ainda não acontecia de forma oficial, mas que, apesar de possuir natureza técnica, variando de acordo com os períodos políticos, sociais e econômicos, evoluiu para uma função emancipadora, mais voltada para as necessidades integrais dos alunos.

A Orientação Educacional no Brasil foi instituída oficialmente pelo também pioneiro Lourenço Filho, chefe do Departamento de Educação do Estado de São Paulo, em 1931. Personagem central na história da educação brasileira, desempenhou papel crucial na implantação desse serviço, assim como defendeu sua importância no desenvolvimento pleno

² Roberto Mange, um engenheiro, intelectual e educador, identificado com a administração científica da produção e do trabalho e com o movimento escolanovista brasileiro dos anos 1930. Mange era de origem suíça e chegou ao Brasil no ano de 1913, aos 28 anos de idade, para atuar na Escola Politécnica de São Paulo.

³ Uma instituição criada em 1873 por um grupo de aristocratas pertencentes à elite cafeeira nacional que pretendia formar mão de obra especializada para uma futura possível industrialização do país, de acordo com os ideais positivistas que pregavam a “dignificação do homem através do trabalho” (Liceu [...], 2024).

do indivíduo, incluindo aspectos psicológicos, sociais e pedagógicos. Os objetivos principais desse serviço de Orientação Profissional e Educacional, de acordo com Giacaglia e Penteadó (2021, p. 22), eram:

- Promover o conhecimento dos educandos, com atenção especial aos pendores individuais;
- Propiciar aos educandos o conhecimento do mundo das profissões e das escolas;
- Propiciar ao educando o aconselhamento para uma escolha justa da profissão a ser seguida ou da escola para continuar seus estudos;
- Proporcionar aos orientandos colocação no trabalho ou no curso de sua escolha, e
- Fiscalizar os orientandos para reajustamentos necessários.

Apesar das finalidades transformadoras dessa iniciativa, sua duração foi curta, por razões de instabilidade políticas e outros complexos fatores que levaram ao declínio dessa iniciativa precursora. De qualquer forma, a semente da OE foi lançada e passou a ter uma significativa trajetória nacional em termos de evolução legal quanto às suas especificidades, apesar de estar estreitamente submetida às ordens políticas da época. Como reitera Saviani (1996, p. 212):

Quando afirmo que a educação é sempre um ato político, quero com isso frisar que a educação cumpre sempre uma função política. Mas é preciso não identificar essa função política com a função técnica. Essas funções não se identificam, elas se distinguem.

Deve-se lembrar que, ao ser institucionalizada, a OE atendia mais o ideal do legislador que realmente o seu papel, o qual deveria ser proposto de acordo com a realidade. Isso porque acreditava-se que sua base foi mais reconhecida por acompanhar as tendências educacionais que vinham acontecendo no exterior. Segundo Giacaglia e Penteadó (2021, p. 24), “[...] a OE surgiu no Brasil por fatores exógenos, embora necessidades endógenas fossem suficientes para justificar plenamente sua implantação no país”.

Decorreram-se duas décadas marcadas por grandes esforços por parte dos pioneiros da implantação da OE, porém somente em 1942 ela é mencionada pela primeira vez na Legislação Federal Brasileira: o Brasil torna-se o primeiro país a conter, em suas Leis orgânicas do Ensino, a obrigatoriedade da OE nas escolas de ensino industrial, por meio do Decreto-lei n.º 4.073, de 30 de janeiro de 1942, e do ensino secundário, modelo educacional existente na ocasião, assinalado pelo Decreto-lei n.º 4424, de 9 de abril de 1942, que também garantia as bases para o trabalho do orientador. Para melhor visualização, a seguir um quadro com o referido decreto.

Quadro 4 – Decreto a ser considerado um marco inicial na história da OE no Brasil

Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942
DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a Orientação Educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais.
Art. 51. Incumbe também à Orientação Educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, em um regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares.
Art. 52. Cabe ainda à Orientação Educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica.
Decreto-lei nº 4424, de 9 de abril de 1942:
DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
Art. 80. Far-se-á, nos estabelecimentos de ensino secundária, a Orientação Educacional.
Art. 81. É função da Orientação Educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família.
Art. 82. Cabe ainda à Orientação Educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica.
Art. 83. São aplicáveis aos orientadores educacionais os preceitos do artigo 79 desta lei, relativos aos professores.

Fonte: Penteado (1980, p. 57)

Tendo em vista os decretos que instituíam sua função, observa-se que não há, de fato, um olhar referente às necessidades humanas de sua clientela, pois esse modelo estava voltado completamente a responder às expectativas capitalistas impostas pela nova realidade do país oriunda da crise industrial. É notável que a OE foi idealizada por um sistema autoritário que não buscava discutir a educação e seus propósitos reais, mas uma educação que servisse para ajustar a sociedade ao modelo de poder vigente. Isso tendo em vista que sua origem, como define Pimenta (1988, p. 17), “[...] coincidirá com o desenvolvimento da sociedade capitalista de classes sociais que, dentre outras, coloca a Orientação Educacional como um mecanismo de ajustamento dos indivíduos às necessidades da ordem social”.

Dentre essas questões, a OE vivenciou longos períodos de transformação, a considerar desde a sua origem, no início do século XX, em que assume o formato de orientador vocacional (OV) e, posteriormente, caráter terapêutico em uma outra realidade.

Mediante os novos aspectos profissionais da educação, a OE começou a tomar novas formas. Isso porque esse modelo institucional decorrente da Revolução Industrial abriu portas

a todo e qualquer tipo de alunado, o que resultou em novas tarefas, pois nem todos os alunos conseguiam se adequar ao novo nível de exigências, cabendo à OE o tratamento desses alunos e buscar adaptá-los a esse novo ambiente escolar.

Uma escola que antes era essencialmente elitista agora passou a ter alunos de todas as classes sociais, o que resultou em um acréscimo significativo do seu alunado, que por sua vez, resultou no surgimento de inúmeros problemas de comportamento. A OE é chamada, então, a traçar um novo perfil em sua atuação para remediar as ocorrências dentro das instituições, passando a assumir uma finalidade terapêutica.

Em decorrência das transformações das escolas de sistemas mais autoritários para sistemas mais democráticos, a Orientação Educacional mais uma vez passou a sofrer alterações em sua função e precisou adaptar-se ao novo público. Em dado momento, a sociedade começou a ver o aluno não mais como apenas uma promissora mão de obra, mas como um ser em evolução na condição de ser humano com suas subjetividades. Giacaglia e Penteado (2021, p. 13) observam que:

Quando a sociedade e a escola passaram a ver o aluno como um ser em desenvolvimento, com características próprias, com direitos, e não mais como mera mão de obra, a corrente da Psicologia privilegiada para fundamentar o trabalho do Or. E. também passou a ser outra; não mais aquela interessada pelas diferenças entre as pessoas, ou aquela que procura medir objetivamente tais diferenças, mas uma Psicologia que estuda o desenvolvimento humano para tornar o ser humano mais adaptado e feliz, isto é, a Psicologia do desenvolvimento.

Percebe-se uma evolução referente à atuação da OE. Ela passa a ser centrada mais no aluno e em suas características particulares e evolui sua abrangência juntamente à Educação e o aluno é percebido como ser participativo de seu processo educativo, e não mais apenas como futuro trabalhador.

A história da OE ficou marcada, então, por grandes avanços, mas também por contradições, no que se refere à legislação, pois, mesmo institucionalizada em documentos legais, sua atuação não foi efetivada por não haver profissionais suficientes capacitados na área para atenderem as escolas. Dessa forma, recorreram a manobras políticas para se adequar ao modelo de educação atual e regulamentaram-se leis referentes à habilitação de Orientadores de Educação.

Segundo Giacaglia e Penteado (2021, p. 29):

Na tentativa de aumentar o número de profissionais para o atendimento às escolas, a CADES, órgão do MEC, ofereceu apoio financeiro às faculdades dispostas a ministrar cursos de OE. Em 1960, 29 delas aderiram a essa proposta. Entretanto, a constatação de que não bastaria o incentivo econômico para a manutenção desse curso, pois havia falta de condições acadêmicas para tanto, fez com que várias dessas faculdades desistissem de seu projeto.

A Lei 5.692/71 foi a última legislação a fixar a obrigatoriedade e formação profissional da OE, conhecida como “a reforma educacional da ditadura” em uma alteração radical. O 2º grau passou a ser profissionalizante, logo veio regulamentar a atuação do OE. Ainda na década de 80, a OE era prestigiada, as Faculdades de Educação continuavam a formar e habilitar para seu serviço e a OE gozava de uma notoriedade adquirida na década anterior. Porém, alguns acontecimentos ressurgentes colocaram em xeque sua valorização e evolução.

O quadro organizado abaixo aponta os vários problemas que resultaram na desvalorização da OE, de acordo com as autoras Giacaglia e Penteadó (2021, p. 35):

Quadro 5 – Pontos que desencadearam a desvalorização da Orientação Educacional no Brasil

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> a. O não cumprimento da Lei Federal nº 5.692/71 que tornava obrigatória a existência da OE nas escolas. b. A não realização de concursos públicos para o provimento dos cargos de OE nas escolas públicas. c. A falta de um preparo adequado aos alunos de OE nos cursos de pedagogia. d. A insegurança na atuação e os questionamentos de ordem ideológica e metodológica que vinham preocupando os Or. Es⁴. e. A atuação de grande parte de Or. Es. nas escolas que deixavam muito a desejar. f. A maior parte do Or. Es. não estava a par do componente curricular (o PIP⁵) preparada para ministrar as aulas de OV do componente (o PP) para as quais eram, muitas vezes, contratados, e nem vinha realizando a OV de forma eficaz. g. A concorrência no mercado de trabalho por parte de formandos e de formados em outros cursos. h. O desconhecimento generalizado por parte tanto da sociedade em geral quanto das próprias autoridades do ensino sobre as funções e a importância da OE. |
|--|

⁴ Or. Es, era abreviatura utilizada para Orientadores Educacionais, por ainda não haver padronização na nomenclatura na década de 1970.

⁵ Programas de Informação Profissional (PIP) era um componente curricular que se tratava da Orientação Vocacional.

- i. A escassez de Or. Es. e a consequente perda da força desses profissionais para a manutenção de suas aquisições e para defesa de suas conquistas. Supervisores Pedagógicos ou CPs começam a substituir os Or. Es. nas escolas.
- j. A diminuição do interesse e busca por essa habilitação nos cursos de Pedagogia e a consequente redução de cursos de Pedagogia que ofereciam tal habilitação.

Fonte: Giacaglia e Penteadó (2021, p. 35)

O que se pode observar nesses fatores descritos é que o mérito adquirido anteriormente pela OE foi decaindo mediante a falta de clareza de sua função e o desinteresse de profissionais para se capacitarem e atuarem na área. Pode-se afirmar que a OE entrou em decadência por não demarcar seu território de atuação, confundindo-se com a atividade de outros profissionais da educação. Como afirma Grinspun (2021, p. 24):

A obrigatoriedade da Orientação Educacional, nas escolas de 1º e 2º graus, conforme determina o Art.10 da Lei n.5692/71, sem legitimidade de seus objetivos e propósitos por parte dos educadores, não garantiu a eficiência de seus resultados. Arrastamos, por longas décadas, uma história de Orientação Educacional tecida por vários “bordados pedagógicos”, assimilando desde o risco de um bordado terapêutico, até o molde de um bordado apresentado legalmente. Em outras palavras, no entendimento do que é Orientação Educacional, encontramos alguns pontos diferenciados, como sejam: a diversidade de atribuições, funções, de acordo com as concepções e áreas do conhecimento e identidade do profissional, que algumas vezes chegou a ser visto como fora da esfera pedagógica.

A autora utiliza-se da metáfora “bordados pedagógicos” para demonstrar as inúmeras interpretações referentes à prática da OE no decurso das décadas, de modo que sua versatilidade evidenciou os desafios em firmar-se na esfera pedagógica, assim como nos termos funcionais e legais. A Orientação Educacional passou a questionar sua identidade e clareza quanto aos seus objetivos e propósitos dentro do espaço escolar. Em razão ao demérito atribuído à sua existência no contexto social-escolar, houve uma busca quanto à definição de seu papel, uma reflexão sobre sua profissão.

Segundo Carvalho (1989, p. 136):

[...] qualquer profissão só existe em condições e relações historicamente determinadas; portanto, é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá captar o significado dos diversos tipos de especialização do trabalho social existente na escola, caracterizando seu processo de legitimação e crise.

Mediante a transformações das políticas vigentes, a OE perdeu sua gênese, seu enfoque, seus objetivos deixaram de ser claros e coesos, sua concepção original, que previa um papel

mais abrangente para o orientador, parece ter se diluído e o foco da OE se estreitou em aspectos mais técnicos e burocráticos. Apesar de sua institucionalização, o que se percebeu foi uma prática controversa do que estava descrito nas leis, como cita Noma (1989, p. 72):

[...] nos vários manuais da Orientação Educacional encontrar-se-á a afirmação de que esta deve estar voltada para o atendimento do indivíduo, auxiliando-o a superar as suas dificuldades promovendo o desenvolvimento de suas potencialidades com o objetivo de alcançar sua autorrealização. No entanto, a prática demonstra que essa concepção é revisitada do fetiche do individualismo burguês, pois não são as necessidades individuais que norteiam e determinam a prática do orientador e sim as necessidades sociais. O que na verdade se verifica é que a Orientação Educacional assume o papel de terapeuta social que contribui para ajustar, adaptar e regular comportamentos dentro de padrões sociais considerados normais, para justificar e manter uma ordem econômica e social que se fundamenta na utilização e exploração da força de trabalho.

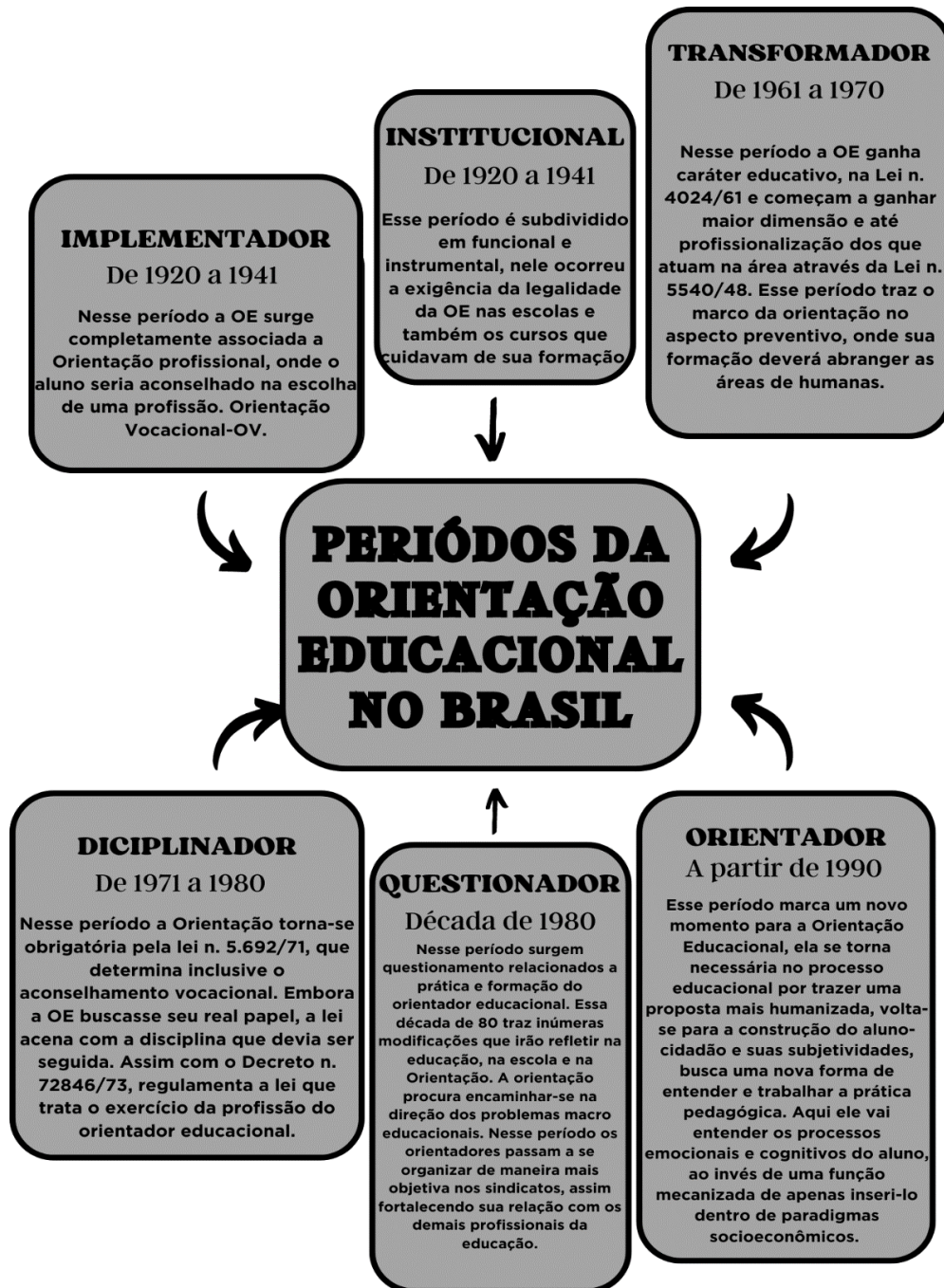
A autora traz a ideia de que, mais uma vez, a Orientação Educacional esteve atrelada diretamente ao capitalismo, como produto desse processo: quando não atuava no aconselhamento quanto às habilidades do indivíduo, estava a atender suas dificuldades na adaptação ao trabalho exigido, ajustando-o em uma função que ora atuava como orientador vocacional, outrora como função terapêutica.

Dentre as várias modificações quanto à sua função e em termos legais, a OE perdeu sua razão clara de atuação, o que culminou em sua decadência nos termos legais. Em dadas circunstâncias históricas no Brasil, pode-se observar a perda de sua obrigatoriedade na legislação atual, a LDB 9394/96, sendo apenas citada no Art. 64, que abrange os profissionais da educação, nada referente à sua função ou atuação como na legislação anterior.

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e Orientação Educacional para a educação básica será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996).

Para uma melhor compreensão sistematizada, a seguir, será abordada, de forma mais didática, a organização e evolução da OE, distribuídas em períodos num mapa conceitual de sua história (Figura 1), de acordo com Grinspun (2012):

Figura 1 – Mapa conceitual com os períodos legais e históricos da Orientação Educacional



Fonte: elaboração da autora, adaptada de Grinspun (2012)

Nota-se, nas descrições históricas e ideológicas da orientação educacional mapeadas na Figura 1, que sua atuação perpassa diversos cenários marcantes da educação brasileira, situados em períodos que articulam o contexto sociopolítico-cultural pontuado nas décadas em destaque. sua cronologia foi demarcada por demérito, contradições legais, interesses políticos, falta de definição quanto a suas especificidades e sua neutralidade frentes às questões sociais e

pedagógicas. Porém, já deixa o intento de um diálogo com essas questões impressas no ambiente escolar, que redirecionam sua prática com vista mais humanizada e focada para a formação da cidadania.

Desse modo, fez-se necessário retomar a história da Orientação Educacional como um fio condutor para as demais discussões e refletir suas responsabilidades dentre outros aspectos que corroboraram para tornar válidas suas perspectivas em fixar seu papel no ambiente educacional, como parte integrante e necessária no processo social e pedagógico dos educandos.

1.3 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: DEFINIÇÃO E ATUAÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL E PEDAGÓGICO

No âmbito conceitual da Orientação Educacional, é perceptível, por meio dos estudos realizados, a imersão de autores que buscam compreender seu campo teórico e sua intrínseca relação entre o fazer pedagógico e para quem fazer, por acreditarem que sua atuação vai para além de um mero conjunto de técnicas ou métodos, mas por caracterizar-se como uma prática social e pedagógica transformadora, que implica na construção de uma educação fundamentada na abordagem integral do indivíduo. Como afirma Grinspun (1994, p. 21), “toda prática da Orientação está debruçada nesta concepção de educação como um ato político, como uma instituição que está intrinsecamente relacionada com as mudanças ocorridas no próprio núcleo da sociedade”.

Em sua primordialidade, a OE caracteriza-se por abranger um trabalho que transcende as peculiaridades da educação, de modo que seu papel está ininterruptamente atrelado aos desafios recorrentes no meio educacional e social. Portanto, suas ações ganham mais sentido, pois procura trabalhar o aluno real e não mais o idealizado por uma sociedade hegemônica, sua tarefa é evidenciar o aluno e suas problemáticas em uma conjunção social, além dos aspectos didáticos-pedagógicos. Placco (1994, p. 30) conceitua que:

A Orientação Educacional é um processo social desencadeado dentro da escola, mobilizando todos os educadores que nela atuam - especialmente os professores - para que, na formação desse homem coletivo, auxiliem cada aluno a se construir, a identificar o processo de escolha por que passam, os fatores socioeconômico-político-ideológicos e éticos que o permeiam e os mecanismos por meio dos quais ele possa superar a alienação proveniente de nossa organização social, tornando-se, assim, um elemento consciente e atuante dentro da organização social, contribuindo para sua transformação.

O autor traz a reflexão de que tal afirmação corrobora especialmente no fortalecimento da ideia de que o educador é um agente essencial no processo de cooperação, formação do “homem coletivo” e comprometido com seu papel na sociedade. Por conseguinte, a prática multifacetada da OE assume um papel crucial na composição psicoeducacional e na construção de um indivíduo autônomo, capaz de solucionar suas questões concernentes ao seu local de inserção, seja ele dentro ou fora dos muros da escola, em uma dimensão bastante ampla, referente à essencial relação escola e sociedade.

Ao reiterar o compromisso social e pedagógico da Orientação Educacional no tocante à sua prática, David (2017, p. 41) afirma que a OE nas escolas:

[...] orienta os alunos em seu desenvolvimento pessoal, preocupando-se com a formação de seus valores, atitudes, emoções e sentimentos; orienta, ouve e dialoga com alunos, professores, gestores e responsáveis e com a comunidade; participa da organização e da realização do projeto político-pedagógico e da proposta pedagógica da escola; ajuda o professor a compreender o comportamento dos alunos e a agir de maneira adequada em relação a eles; ajuda o professor a lidar com as dificuldades de aprendizagem dos alunos; ajuda a mediar conflitos entre alunos, professores e outros membros da comunidade; conhece a legislação educacional do país; circula pela escola e convive com os estudantes.

Por certo, a Orientação Educacional figura um panorama extenso e preciso de suas funções e responsabilidades, no sentido de promover atitudes positivas nos discentes, assim como auxiliá-los a construir uma identidade com raízes fortes nos valores éticos e morais, tal como estabelecer um canal de relações com todos os membros da comunidade escolar. Portanto, é evidente sua participação na organização de um ambiente escolar mais colaborativo e coletivo.

Mediante um olhar mais abrangente e reflexivo, pode-se acrescentar que sua proposta não se abstém apenas ao seu conceito ou meros debates divergentes, mas busca compreender, analisar e desvendar seus variados significados, estando aberto a um diálogo mais produtivo que acolha novas visões, desafios e experiências a somarem em sua construção prática e teórica. Consequentemente, é imprescindível converter as intensões conceituais da OE em uma conotação mais real, ou seja, configurar mudanças no sistema educacional, a fim de imprimir uma visão mais autêntica nos sujeitos desse processo. Como afirma Grinspun (2001, p. 42),

Entendo a educação, em seu amplo conceito, como orientar, nortear, dirigir e, cada vez que me reporto à Orientação Educacional, implícita e explicitamente, estou falando de educação; portanto, seja qual for o sentido que a Educação tome de sua fundamentação teórica, poderemos verificar que a Orientação Educacional a ela associar-se-á. Da mesma forma que as características da Educação acompanham o perfil que determinada época ou categoria lhe atribui, identificamos, na Orientação Educacional, igual procedimento.

Em vista disso, a abordagem da autora apresenta uma profunda reflexão sobre a relação da Educação e Orientação Educacional, a destacar a constante transformação semelhante entre ambas, ou seja, os seus campos se moldam e se adaptam aos diferentes contextos sociais, culturais, políticos e pedagógicos, em uma jornada conjunta, como faces inseparáveis das mesmas ações, em que se constituem as bases teóricas, princípios e diretrizes para orientar as ações da OE, estabelecendo sua efetividade e qualidade.

Uma ação educativa relevante e um círculo positivo unem em uma associação harmoniosa os conhecimentos, habilidades e sentimentos. Consideram equilibradamente tanto as necessidades individuais como as de grupo, as pessoais e as institucionais. A educação sob esse ângulo traduz o ponto de vista da orientação educacional. (Lück, 2013, p. 19).

Ademais, a Orientação Educacional se ambienta no contexto escolar, em um papel proativo, mediador e sempre preocupado em acompanhar a evolução individual de seus alunos, reconhecendo suas histórias e desafios através de uma ótica mais humanística.

Ainda sobre seu processo de definição, a OE sofre mudanças temporais em seu papel, mediante as perspectivas histórico-educacionais adotadas em determinados períodos, também apresenta uma base interdisciplinar que se interliga a outras áreas de conhecimento, como a psicologia, pedagogia, sociologia, dentre outras identificadas em sua prática no contexto social e pedagógico. Em tal classificação, diversos autores alongam a fileira de críticos que produzem conhecimento no movimento a definir seu papel. Giacaglia e Penteado (2021, p. 54) definem a OE como:

[...] um processo sistemático, contínuo, complexo; é uma assistência profissional realizada através de métodos e técnicas pedagógicas e psicológicas, que levam o educando ao conhecimento de suas características pessoais e das características do ambiente sociocultural, a fim de que possa tomar decisões apropriadas às perspectivas maiores de seu desenvolvimento pessoal e social [...].

O papel da OE nessa dimensão refere-se, basicamente, à compreensão da realidade do aluno: busca-se compreender sua linguagem, no sentido de promover seu desenvolvimento integral, na condição de educador e, dentro de suas especificidades, favorecer as relações interpessoais, sociais e pedagógicas. Destarte, sintetiza sua função com maestria, transcendendo a mera instrução e aprofundando-se no universo abstruso das experiências, sentimentos, linguagem e pensamentos dos alunos. “É nesse sentido que me parece fundamental que os orientadores assumam essa perspectiva crítica, para que lhes seja mais fácil adequar as intenções às ações, adequar a ação que desenvolvem aos objetivos que querem atingir” (Saviani,

1996, p. 212).

O conceito de OE é tecido por inúmeras teorias que se desenham em um campo fértil de reflexões, em um emaranhado de diversas concepções que evidenciam sua importância na construção de uma prática social mais abrangente que busque compreender a educação e seus processos, o que pode indicar um avanço em relação à sua atuação, por pretender adequar a realidade do aluno e suas vivências na proposta curricular.

A Orientação Educacional (OE) é um processo organizado e permanente que existe na escola. Ela busca a formação integral dos educandos (este processo é apreciado em todos seus aspectos, tido como capaz de aperfeiçoamento e realização), através de conhecimentos científicos e métodos técnicos. A Orientação Educacional é um sistema que se dá através da relação de ajuda entre Orientador, aluno e demais segmentos da escola; resultado de uma relação entre pessoas, realizada de maneira organizada que acaba por despertar no educando oportunidades para amadurecer, fazer escolhas, se autoconhecer e assumir responsabilidades (Martins, 1984, p. 97).

A OE está inteiramente conectada à sua matéria-prima viva e atenta às suas particularidades, destaca-se por manter uma profunda conexão com sua clientela, em uma atuação sensível e centrada na realidade de cada um, reconhecendo suas histórias, desafios e potencialidades. Sua atuação permeia diversas modalidades de ensino, preocupa-se em favorecer uma educação de mais qualidade, mas também ressalta suas dificuldades em compor a linha de frente na atuação nos conflitos escolares diretamente ligados aos alunos. Grinspun (2012, p. 7) enfatiza que:

A escola, como um sistema social, se compõe de um conjunto de funções, todas elas mais ou menos inter-relacionadas e todas elas influentes, de sorte que a maneira como são conduzidas as ações em uma determinada área afetam, de alguma forma, as ações de outra área.

O serviço de Orientação Educacional tornou-se indispensável nas escolas públicas, por acreditar em uma educação mais inclusiva e humana, por estar empenhada não apenas em resolver os problemas ou desajustes dos alunos, seus conflitos familiares, professores e suas relações no contexto escolar, mas enfatizar sua função também social em suas vidas. Como afirma Pascoal (2006, p. 105):

Pode-se dizer que o campo de atuação do Orientador Educacional era, inicialmente, apenas e tão somente focalizar o atendimento ao aluno, aos seus “problemas”, a sua família, aos seus “desajustes escolares”, etc., pouco ou quase nada voltado à autonomia do aluno e à sua contextualização como cidadão.

Nesse sentido, a Orientação Educacional ganha aspectos mais reais e contextualizados, pois acompanha o processo constante de transmutação da educação em que ambas estão inteiramente ligadas, de modo “[...] que o próprio conceito etimológico de educação se compromete, enquanto educar, com a Orientação Educacional, isto, refere-se a orientar, guiar, conduzir o indivíduo [...]” (Grinspun, 2012, p. 41).

A Orientação Educacional entrelaçada à educação propriamente dita incorpora suas complexidades no papel de mediadora, em uma versão paradoxal à anterior, pois aponta suas ações diretamente ao aluno como centro da aprendizagem, com o objetivo de compreendê-lo em todos os seus aspectos e perspectivas. Busca conduzi-lo à emancipação cognitiva e entender suas emoções, sentimentos e atitudes. Nesse cenário:

A Orientação Educacional deve ter como eixo de seu trabalho o aluno, não só o aluno que já apresenta problemas, mas todos os educandos, buscando equidade nesse processo de auxílio ao educando. Mas o orientador deve inserir-se na escola como um todo, pois o aluno é um ser biopsicossocial e está inserido em uma sociedade da qual a escola é também parte (Barbosa; Lima; Lima, 2011, p. 78).

Essas multitarefas atribuídas à OE tornam sua prática indispensável nas escolas, por promover espaços de escuta e reflexão juntamente ao seu alunado e acrescentar expectativas mais humanitárias na educação, expandindo-as a outros territórios. Seu desempenho precisa endossar certa destreza, em uma época em que o sujeito se interessa em discutir seus direitos e suas responsabilidades morais e cívicas. Por assim dizer, percebe-se uma atuação mais livre e consciente de suas responsabilidades que outrora passava despercebida. Como afirma Grinspun (1994, p. 20):

A orientação estava dentro da escola e não se deu conta do seu papel. Aliás, assumiu, em alguns momentos, uma ingenuidade pedagógica, ouvindo, muitas vezes calada, as críticas às atividades, como sendo responsável pela fragmentação do trabalho escolar, como não resolvendo todos os conflitos que a própria escola não dava conta de resolver.

Na observância realizada nesta discussão, percebe-se que a Orientação Educacional sofreu uma metamorfose em sua identidade profissional. Cabe ressaltar sua relevância na proposta atual de uma educação mais contextualizada e livre de padrões outorgados por uma hegemonia de grupos sociopolíticos. Grinspun (2012, p. 9), sob esse pensamento, adverte que: “Se a prática anterior era mais específica e isolada do contexto da escola, a Orientação, hoje se envolve cada vez mais com o conjunto de fatores que nela ocorre, procurando articular e trabalhar os meios que nos levem ao alcance dos objetivos propostos”.

O trabalho da OE é evidenciado na esfera pedagógica como colaboradora desse processo de forma clara e transparente. Englobam novos paradigmas voltados para as exigências e anseios do mundo contemporâneo, seus parâmetros estão intrínsecos no fazer de uma Orientação Educacional mais comprometida com sua realidade.

A orientação, hoje, está mobilizada com outros fatores que não apenas e unicamente cuidar e ajudar os “alunos com problemas”. Há, portanto, necessidade de nos inserirmos em uma nova abordagem de Orientação, voltada para a “construção” de um cidadão que esteja mais comprometido com seu tempo e sua gente. Desloca-se, significativamente, o “aonde chegar”, neste momento da Orientação Educacional, em termos de trabalho com os alunos (Grinspun, 2012, p. 25).

Nessa conjuntura, todos os integrantes da educação devem estar comprometidos com a formação desse cidadão. Por certo, a OE ajudará a compreender e localizar esse sujeito em seu próprio contexto. Sob a influência de novos paradigmas, sua abordagem deve propiciar ao aluno conhecer a si mesmo, respeitar suas limitações, aprender a lidar com suas emoções e reconhecer-se em sua totalidade. De acordo com Grinspun (2012, p. 26), “nesta linha, o trabalho do orientador tem uma conotação de pluralidade dos objetivos, que envolve, além dos aspectos pessoais do aluno, os aspectos políticos e sociais do cidadão”

Por atuar na linha de frente na instituição escolar, a Orientação Educacional atende os conflitos que emergem de distintas realidades de seu alunado, enfrenta angústias de, na maioria das vezes, não se sentir preparada a atender as complexidades do contexto em que está inserida, porém o fazer é parte imprescindível da OE. Em um momento em que poucos desejam se envolver com as responsabilidades dos conflitos dentro da escola, é ela que vai utilizar-se de seus artifícios para agir assertivamente mediante às problemáticas impactantes no ambiente escolar. Em confirmação a essa discussão, Grinspun (2012, p. 42) diz que:

A Orientação Educacional tem que estar preparada para ajudar nessas relações em que contradições e conflitos fazem parte do contexto do aluno. Lembremo-nos que a vida é repleta dessas contradições e conflitos, mas o homem vive e sobrevive com o pensamento, a linguagem, os valores e sentimentos. A Orientação Educacional quer caminhar junto nesta direção, refletindo que o mesmo homem que pensa e age é o que sente e se emociona.

A prática da OE nas escolas é de grande importância, visivelmente na complexidade das responsabilidades para que seu trabalho seja efetivado. Embora desobrigada na legislação vigente, ela aponta práticas indispensáveis por interagir diretamente com a realidade do aluno. Trata-se de um profissional indispensável na composição da equipe pedagógica de uma instituição, que constitui, juntamente à gestão e à coordenação, uma tríade decisiva no processo

educativo. Lück (2006, p. 7) descreve esses componentes de forma que:

A escola, como um sistema social, se compõe de um conjunto de funções, todas elas mais ou menos inter-relacionadas e todas elas interinfluentes, de sorte que a maneira como são conduzidas as ações em uma determinada área afetam, de alguma forma, as ações de outra área.

De fato, a OE é parte determinante na organização pedagógica, pois em sua área de atuação exerce fundamental influência no processo educativo, é a ponte que interliga as demais áreas, evidenciando sua importância e analisando seus caminhos e sua execução nos espaços inerentes à sua atuação. No que se refere ao seu papel como componente-chave na estrutura organizacional, a Orientação Educacional articula e se engaja diretamente nas ações que favorecem as necessidades específicas de sua clientela.

A Orientação Educacional está cada vez mais comprometida com a educação, no sentido de favorecer, promover os meios necessários para que se efetive uma educação de qualidade, em todos os níveis e modalidades de ensino. Isto, entretanto, não tem sido uma tarefa fácil, à medida que o trabalho do orientador na escola, diretamente com os alunos, professores ou a própria Instituição, pertence a uma gama variada de características das políticas, às pedagógicas, das administrativas às de comportamento/desempenho pessoal (Grinspun, 2012, p. 7).

De modo geral, fica assente que a OE não é uma modalidade isolada no espaço educacional; sua essência perpassa toda organização e planejamento, que pensa e articula os projetos escolares. Sua relação com a comunidade/sociedade segue como estratégia de gerenciar as relações dentro e fora da escola, propondo uma organização sistêmica e aberta, que influencia na harmonia e exequibilidade da prática da gestão pedagógica, como um conjunto de ações que busca desenvolver o aluno em seus mais variados aspectos.

1.4 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL NA GESTÃO ESCOLAR

O percurso histórico da Orientação Educacional é demarcado por mudanças em sua atuação, devido às influências sociopolíticas e econômicas inerentes ao seu processo de fixação no amplo campo pedagógico. Sua presença nesse cotidiano tornou-se essencial, pois promove conexões, escola-família, sociedade, orienta, auxilia e favorece as relações em um trabalho conjunto com a gestão escolar. Como consequência, ganha protagonismo no que se refere às relações interpessoais, promoção do bem-estar social e emocional dos alunos e por atuar não apenas como um agente burocrata e sim como agente de transformação.

A Orientação Educacional é um sistema que se dá através da relação de ajuda entre Orientador, aluno e demais segmentos da escola; resultado de uma relação entre pessoas, realizada de maneira organizada que acaba por despertar no educando oportunidades para amadurecer, fazer escolhas, se autoconhecer e assumir responsabilidades (Martins, 1984, p. 97).

Cabe evidenciar que a OE se caracteriza como um pilar fundamental na gestão escolar, pois está comprometida em compartilhar as responsabilidades pertencentes ao processo educativo, não como uma função isolada, mas conferindo destaque no contexto de sua prática, buscando redimensioná-la por meio de ações integradas.

Por muitas vezes, a Orientação educacional já foi subestimada mediante seus vários aspectos identitários dentro da instituição escolar, deixando de ser percebida como protagonista na construção de uma escola mais humana e menos sistemática, pois propõe um ambiente mais inclusivo, acolhedor, igualitário e que potencialize os resultados obtidos nesse processo educativo.

O principal papel da Orientação será ajudar o aluno na formação de uma cidadania crítica, e a escola, na organização e realização de seu projeto pedagógico. Isso significa ajudar nosso aluno 'por inteiro': com utopias, desejos e paixões. [...] a Orientação trabalha na escola em favor da cidadania, não criando um serviço de orientação para atender aos excluídos [...], mas para entendê-lo, através das relações que ocorrem [...] na instituição Escolar (Grinspun, 2002, p. 29).

Ao aprofundar-se nesse debate, é perceptível que o ponto chave da citação é o convite a repensar as ações da OE dentro de uma configuração sistemática, é atribuir a ela o papel principal na transformação de um ambiente técnico, engessado, programado, mecanizado, em um espaço de desenvolvimento da cidadania crítica, é romper o óbvio e buscar novas perspectivas que transcendam as fronteiras convencionais do meio educacional.

Nesse entendimento, a instituição escolar tem o papel de organizar e manter políticas pedagógicas que atendam às necessidades de seu alunado, definindo o rol de atribuições a cada membro da sua equipe diretiva. Essa conduta reafirma a preocupação pela melhoria do processo ensino-aprendizagem, em uma visão mais conceituada da prática para quem faz a educação.

Cabe abordar, aqui, o conceito de gestão escolar trazido por Lück (2006, p. 25):

[...] A gestão educacional corresponde à área de atuação responsável por estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar o modo de ser e de fazer dos sistemas de ensino e das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, visando o objetivo comum da qualidade do ensino e seus resultados.

Nessa dinâmica, é possível compreender o papel dos membros da equipe escolar, de modo a oferecer finalidades e estratégias na articulação das ações dos profissionais envolvidos. Porém numa grande parte das instituições públicas brasileira, existe uma incompletude na equipe gestora, cabendo ao coordenador escolar assumir as especificidades da função da OE, como já afirmava Giacaglia e Penteadó (2003), que na falta desse profissional, é a coordenação que se responsabiliza pela efetivação das demandas referentes ao aluno, o que acaba por sobrecarregá-lo e gerando dúvidas quanto a identidade da Oe no universo educacional. Sua ausência impacta diretamente no desempenho dos professores, gestão e conseqüentemente na qualidade do ensino.

O Orientador Educacional diferencia-se do coordenador pedagógico, do professor e do diretor. O diretor ou gestor administra a escola como um todo; o professor cuida da especificidade de sua área de conhecimento; o coordenador fornece condições para que o docente realize a sua função de maneira mais satisfatória possível; e o Orientador Educacional cuida da formação de seu aluno, para a escola e para a vida. (Pascoal; Honorato; Albuquerque, 2008, p. 109).

Ainda que sejam apontadas essas caracterizações individuais pelos autores, no cotidiano pedagógico elas se fundem no mesmo intuito que é a formação integral do aluno, um processo que busca democratizar e renovar as bases educacionais, tal como valorizar seus pensamentos críticos e a transformação da sociedade

Num breve recorte, a gestão escolar é descrita como “resultado” de transformações que marcaram seu contexto histórico, assim como muitos desafios e conquistas. Perpassou desde um modelo rudimentar com ênfase na disciplina e padronização, ao modelo mais atual, com uma visão inclusiva e social. Dessa maneira, a gestão escolar define-se num formato que fundamenta as novas práticas, em uma concepção democrática, com características integrativas e abrangentes, que considera desde administração sistêmica até as inter-relações entre os envolvidos no processo escolar. Nesse sentido, Lück (2006, p. 9) acrescenta que:

Por sua própria função, a escola constitui-se em uma organização sistêmica aberta, isto é, em um conjunto de elementos (pessoas, com diferentes papéis, estrutura de relacionamento, ambiente físico etc.), que interagem e se influenciam mutuamente, conjunto esse relacionado, na forma de troca de influências, ao meio em que se insere.

Portanto, ao pensar as modalidades da gestão escolar, deve-se atentar-se ao enfoque de seu funcionamento que interinfluencia no agrupamento das funções que interagem entre si. Nessa medida, a divisão dos trabalhos é fundamental na dimensão pedagógica, pois “[...] corresponde ao agrupamento de funções, seguindo determinados critérios, de forma a

permitir que a carga total de trabalho seja desempenhada satisfatoriamente [...]” (Lück, 2006, p. 11).

A gestão escolar é constituída por diferentes pilares, que se entrelaçam e harmonizam o processo de ensino e aprendizagem, garantindo a organização e o comprometimento de todos os seus colaboradores na promoção de um ambiente acolhedor, inspirador e transformador. Nesse padrão, as funções são bem distribuídas com o intuito de não sobrecarregar um único membro da equipe gestora, descentralizando as tarefas que antes era concentrada no gestor, redirecionando para os demais componentes da equipe. “Dessa forma, qualquer mudança dos elementos da escola produz mudança nos outros elementos, mudança essa que provoca mudança no elemento iniciador, e assim sucessivamente” (Lück, 2006, p. 9).

Em resumo, a gestão democrática desenvolve um trabalho coletivo que valoriza o diálogo e a proatividade de sua equipe, atua com compromisso e responsabilidade e promove a transparência nos processos deliberativos. Contudo, nem todos os cenários da educação abordam esse modelo de gestão escolar, com o sistema de divisão de tarefas entre diretor, coordenação pedagógica e Orientação Educacional.

Ao constituir-se historicamente e em sua legalidade, a OE foi desobrigada na LDB 9394/96, como era previsto no Art. 10 da LDB 5692/71. Uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que não é obrigatória a existência desse profissional nas escolas, a mesma lei constitui sua presença na equipe diretiva, quando institui a gestão democrática no Art.14 da legislação em vigência.

Dadas essas circunstâncias, algumas escolas buscam sua autonomia por procurar definir objetivos para o exercício de seus profissionais, no sentido de melhorias sucessivas ao seu desempenho. Como afirma Libâneo (2008, p. 102): “A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar”.

Nesse sentido, em uma visão mais aclarada do que a educação vem apresentar nesse momento em que o aluno passa a ser o sujeito e centro do processo de ensino-aprendizagem, a Orientação Educacional ganha mais ênfase, devido à sua atuação com os alunos, uma peça primordial na composição da gestão escolar.

Assim é que a orientação educacional é definida como um método pelo qual o Orientador Educacional ajuda o aluno, na escola, a tomar consciência de seus valores e dificuldades, concretizando, principalmente através do estudo, sua realização em todas as suas estruturas e em todos os planos de vida (Schmidt; Pereira, 1969, p. 71).

A Orientação Educacional é exercida por um pedagogo que, juntamente ao gestor e coordenador pedagógico, forma a equipe diretiva da escola, em ações integradas que são trabalhadas junto aos alunos, assumindo o propósito de transpor padrões de uma educação conservadora e causar no aluno inquietações quanto ao meio em que está inserido. Sua contribuição é indispensável nessa junção, uma vez que a proposta da gestão escolar é trabalhar de forma unificada com todos seus segmentos. Nessas considerações, Libâneo (2006, p. 328) afirma que:

Os objetivos sociopolíticos da atuação dos educadores, direcionados para as lutas em prol da transformação social, bem como os objetivos da própria escola em promover a apropriação do conhecimento visando à capacitação científica e cultural da população, tornam possível não apenas resistir às formas conservadoras de organização e gestão, mas também adotar abordagens alternativas e criativas. Essas abordagens contribuem para a promoção de uma escola democrática, que tem como missão a formação de cidadãos críticos, participativos e engajados na transformação das relações sociais atuais.

Nesse pensamento, a Orientação Educacional tem suas ações pautadas em assistir os alunos, instigá-los a refletir e agir de forma crítica em relação a fatos e acontecimentos no seu ambiente escolar e social, conscientizando-o quanto à sua compreensão como cidadão. Como afirma Grinspun (1994, p. 29): “O papel do Orientador Educacional na dimensão contextualizada diz respeito, basicamente, ao estudo da realidade do aluno, trazendo-a para dentro da escola, no sentido da melhor promoção do seu desenvolvimento”.

No entanto, não tem sido de fácil tarefa para a OE manter o aluno no espaço escolar em meio a tantas complexidades, diversidades e distrações. Em seu contexto contemporâneo, sua atuação tem assumido caráter terapêutico e, na maioria das vezes, de pacificador em meio aos fatos inerentes à sua realidade. Esse membro da gestão pedagógica, por sua vez, tem se sentido sobrecarregado, considerando a quantidade excessiva de situações conflituosas, indisciplina e violências envolvendo sua clientela.

É possível compreender que a forma organizacional da escola pode muitas vezes emitir comportamentos subversivos por parte de seu alunado por sua forma de impor condições de poder e exigir comportamento homogêneo, acabando por incidir em um espaço de muitos conflitos. Nesse sentido, caberá à Orientação Educacional intervir e negociar, para que não haja punições. Dessa forma, Guimarães (2006, p. 5-6) reflete que:

Como encontrarmos um equilíbrio entre os interesses dos alunos e as exigências da instituição? É preciso deixar de acreditar que paz signifique ausência de todo conflito.

Empreendimentos que flexibilizem o tempo e o espaço do território escolar, que não excluam a possibilidade de dissidências nem o debate sobre essas questões, podem dar início ao despontar de uma solidariedade interna que recuse o coletivismo, isto é, a imposição unitária de comandos, e que engendre uma luta pelo coletivo, ou seja, uma atividade conjunta que rompa com o isolamento das pessoas e crie uma comunidade de trabalho. Essa comunidade faz nascer a troca recíproca, sem eliminar a autonomia das pessoas e as suas diferenças

Por buscar esse equilíbrio no espaço escolar, desponta um novo modelo de gestão educacional, a gestão compartilhada cívico-militar. Esse modelo é baseado nos colégios militares e será aplicado para as etapas ensino fundamental (anos finais) e ensino médio de escolas públicas que possuam baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e alunos em situação de vulnerabilidade.

1.5 ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E GESTÃO COMPARTILHADA CÍVICO-MILITAR: CONTEXTO GERAL E LOCAL

É favorável para o estudo realizar uma breve abordagem no campo legal da criação desse modelo de gestão compartilhada entre civis e militares nas escolas, para de fato localizar a Orientação Educacional nessa configuração.

O número de escolas públicas militarizadas no Brasil tem crescido nos últimos anos e sua fundamentação está ancorada na combinação de estrutura disciplinar das forças armadas com as práticas educacionais tradicionais, tendo em vista a disciplina, desempenho acadêmico e a formação cívica dos alunos.

Essa estrutura de gestão cívico-militar ganhou força e base legal a partir do Decreto n.º 10.004, de 5 de setembro de 2019, por meio de um programa que propôs um modelo de excelência nas áreas didático-pedagógica, educacional e administrativa nas escolas públicas de ensino regular do ensino fundamental e médio (PECIM). Lembrando que antes desse período já havia escolas com esse formato desde o ano de 2016, quando foi criado o primeiro Projeto Político Pedagógico dos Colégios militares do Brasil, mas somente aprovado em 14 de junho de 2021 (Brasil, 2021). Um projeto encabeçado pelo Ministério da Educação que teve como base um conceito de gestão que engloba a participação do corpo docente da escola em parceria com militares (Brasil, 2019a). Tal modelo institucional integra *expertise* de profissionais da educação com a disciplina e organização da cultura militar.

Pereira (2021) discorre sobre esse novo esquema de gestão, em que afirma ter havido um levantamento dos bons resultados obtidos em outras escolas com esse modelo de ensino militar, que se observou um melhor desempenho escolar por parte de seu alunado, mediante

boas médias no IDEB e no ENEM. Com base nos pilares disciplinares, hierárquicos e no rendimento das escolas militares, foi possível estabelecer esse formato institucional com o objetivo de alcançar uma educação com mais qualidade. Esse modelo visou ser implantado em apenas escolas com baixo rendimento e em situações críticas, tanto relacionadas ao fracasso escolar quanto a situações de violência que já saíram do controle da gestão educacional e dos órgãos competentes.

[...] percebemos a implantação do Programa das Escolas Cívico Militares como uma medida importante de combate às desigualdades de oportunidades, à violência e de fomento à formação humana e cívica, além de proporcionar a boa gestão escolar, oferecendo aos jovens a possibilidade de se tornarem protagonistas de suas vidas e cidadãos que desenvolverão seu município, estado e país (Brasil, 2021).

Reiterando a citação acima, é perceptível o interesse em manter uma educação de qualidade, erradicando a violência no cenário das instituições localizadas em áreas de vulnerabilidade, mas cabe uma reflexão. Se, por um lado, disponibiliza um esquema de segurança que possa combater as problemáticas urgentes, por outro, questiona-se sobre a competência dessa abordagem em tratar das adversidades enraizadas no sistema educacional.

Nesse entendimento, a militarização das escolas tem como principal objetivo ajudar reduzir a violência escolar e criar um ambiente mais seguro e disciplinado. Como medida de retomada do controle das instituições em estado de fragilidade social e educacional, teve-se como meta militarizar 216 escolas do Brasil só no ano de 2019. Desse modo, apresenta-se a seguir a elaboração de documentos que deram legalidade ao modelo de gestão compartilhada cívico-militar.

Quadro 6 – Documentos oficiais do governo federal que normatizam a gestão cívico-militar

Documento/MEC	Objetivo
Decreto n.º 9.465, de 2 de janeiro de 2019.	Aprovar a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE).
Decreto n.º 10.004, de 5 de setembro de 2019.	Instituir o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM).
Portaria n.º 2.015, de 20 de novembro de 2019.	Regulamentar a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares – PECIM, em 2020, para consolidar o modelo de

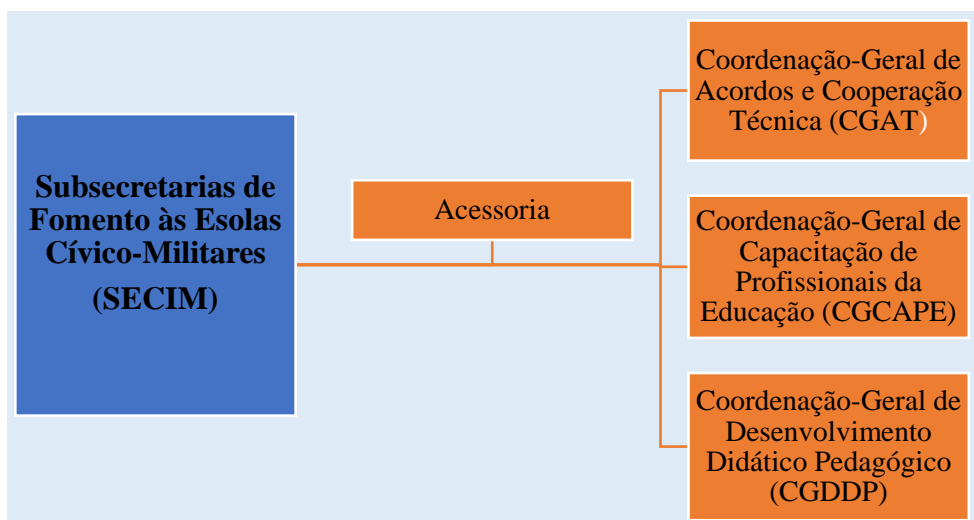
	Escola Cívico-Militar (Ecim) nos estados, nos municípios e no Distrito Federal
Portaria n.º 1.071, de 24 de dezembro de 2020.	Regulamentar a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares (Ecim) nos estados, nos municípios e no Distrito Federal
Portaria n.º 925, de 24 de novembro de 2021.	Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares (Ecim), nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.

Fonte: adaptada de Santos (2023)

As propostas trazidas nos documentos legais regulamentam e reorganizam o modelo estrutural das escolas contempladas pelo programa do governo federal. Essa reorganização é dirigida pelo MEC e inserida nas Secretarias Estaduais de Educação Básica, por meio do Decreto n.º 9.665/2019 (Governo [...], 2019).

Nesse modelo de gestão compartilhada, a parte administrativa e disciplinar dos alunos fica a cargo dos militares, que pode ser um oficial da Polícia ou do Corpo de Bombeiros (Brasil, 2019a). Já a gestão pedagógica fica no comando de um professor cedido pela Secretaria Estadual, que dirige as ações educacionais direcionadas ao corpo docente e dos discentes. Destarte, foi criado um organograma com subsecretarias, para fomentar a criação de mais escolas militarizadas, como firmar acordo com órgãos em parceria e apoio pedagógico, observado na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura das Subsecretarias de Fomento às Escolas de Gestão Cívico-Militar



Fonte: Brasil (2019b)

Nessa compreensão, o Programa Nacional de Implantação das Escolas Cívico-Militares (PCIME) desenvolvido pela SECIM, descrita na Figura 2, tem suas metas descritas, de acordo com Brasil (2019, p. 11):

I - criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens; II- propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio; III - promover, progressivamente, a adesão ao modelo de escola de alto nível às escolas estaduais e municipais, mediante adesão voluntária dos entes federados, atendendo, preferencialmente, escolas em situação de vulnerabilidade social; IV - fomentar junto às redes de ensino e instituições formadoras novos modelos de gestão, visando a alcançar os objetivos e metas do Plano Nacional de Educação; V - implementar um projeto nacional a partir da integração e parceria com entidades civis e órgãos governamentais em todos os níveis; VI - promover a concepção de escolas cívico-militares, com base em requisitos técnicos e pedagógicos; VII - realizar, em parceria com as redes de ensino, a avaliação das demandas dos pedidos de manutenção, conservação e reformas das futuras instalações das escolas cívico- militares; VIII - fomentar e incentivar a participação social na melhoria da infraestrutura das escolas cívico-militares; IX - propor, desenvolver e acompanhar o sistema de cadastramento, avaliação e acompanhamento das atividades das escolas cívico- militares; X - propor, desenvolver e acompanhar estudos para aprimoramento da organização técnico-pedagógica do ensino das escolas cívico- militares; XI - desenvolver e avaliar tecnologias voltadas ao planejamento e às boas práticas gerenciais das escolas cívico- militares; XII - propor, desenvolver e articular a autoria e o desenho instrucional de cursos de capacitação, em colaboração com as diretorias da Secretaria; e XIII - propor e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de controle dos projetos de cursos, gestão e formação continuada de gestores, técnicos, docentes, monitores, parceiros estratégicos e demais profissionais envolvidos nos diferentes processos em colaboração com as diretorias da Secretaria.

Essa transição das escolas civis em escolas cívico-militares ainda não possui alteração na Constituição Federal, pois fere a legalidade do Art. 37 e da finalidade pública (Art. 2º da Lei 9.784/1999) (Ximenes; Stuchi; Moreira, 2019). Porém essa transformação justifica-se por diminuir os altos índices de violência nas áreas de localidades vulneráveis à marginalização, assim também como melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) das escolas públicas.

Neste momento da discussão, é importante fazer atualizações na literatura base e enfatizar que, em julho de 2023, por meio do Decreto Legislativo (PDL) 56/23 (Projeto [...], 2023) criado pelo atual presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, revoga-se o decreto que criou o PECIM, extinguindo-o. Porém, apesar da revogação, alguns estados brasileiros continuaram no mesmo formato, a destacar Roraima, o que permanece validando as discussões feitas até o momento, considerando que o local da realização do estudo permanece com as mesmas características.

Ao contextualizar o estudo, percebe-se Roraima como um estado abarcado por esse modelo educacional desde o início da transição de escolas cívicas para militarizadas no país. Essa modalidade educacional fortaleceu-se no estado por meio do Decreto n.º 1142-P, de 16 de maio de 2022. Nesse contexto, foi aprovado o regimento geral para os colégios militarizados da rede pública do estado para organização e sistematização de suas funções. As instituições estão organizadas dos seguintes modos:

Art. 6º Os Colégios Militarizados da Rede, regidos por este instrumento constituem-se com a seguinte organização geral:

- I - Gestão Escolar;
- II- Secretaria Escolar;
- III- Coordenação Pedagógica;
- IV- Orientação Educacional;
- V- Corpo de Alunos;
- VI- Apoio Pedagógico e Administrativo;
- VII- Órgãos Colegiados.

Sobre o que compreende esse modelo de gestão compartilhada, o mesmo decreto citado acima descreve as funções, ressaltando que não há hierarquia entre gestão administrativa e pedagógica conforme descrito abaixo:

Art. 15. A Gestão Escolar da Rede CEM será compartilhada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED) do Estado de Roraima, Polícia Militar de Roraima (PMRR) e/ou Corpo de Bombeiro Militar (CBMRR).

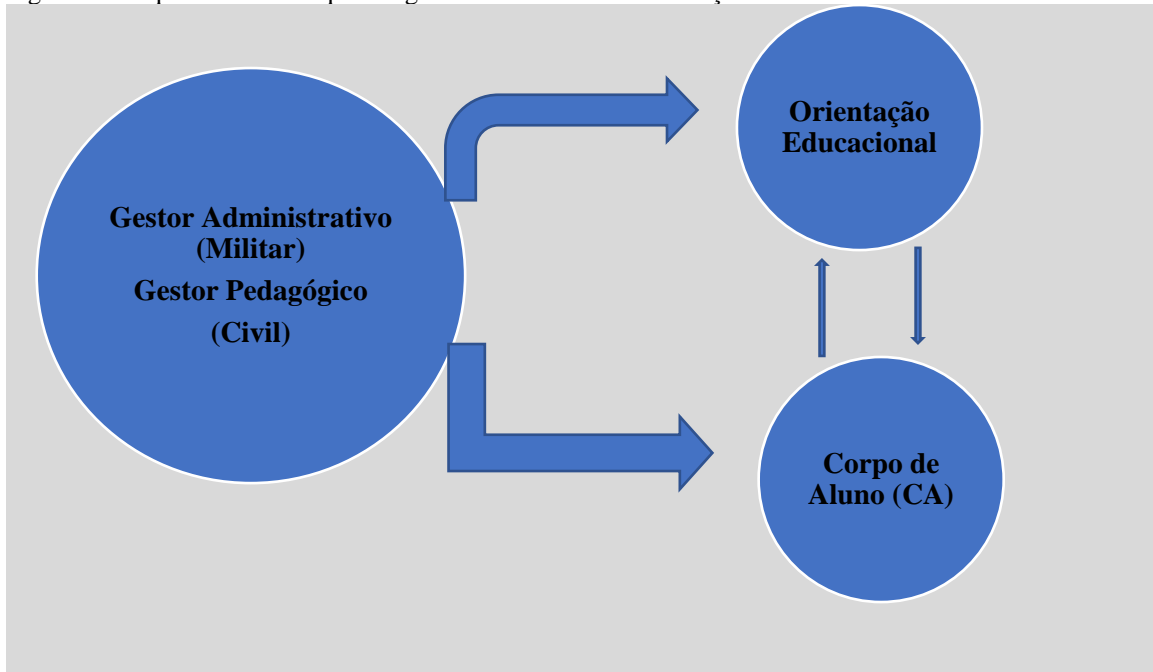
§ 1º A Gestão Administrativa será exercida por um Oficial Policial ou Bombeiro Militar, nomeado pelo respectivo Comandante Geral, nos termos legais para a função de Diretor.

§ 2º Gestão Pedagógica será exercida por um Professor Efetivo, nomeado pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto – SEED, na função de Gestor Pedagógico.

Art. 16. A Gestão dos Colégios integrantes da Rede Pública de Colégios Militarizados adotará o modelo de administração com base nos princípios da democracia e compartilhamento comum das atribuições dos gestores, sendo constituída pelos Gestor Administrativo e Gestor Pedagógico e tem como função coordenar, dirigir, controlar e avaliar as atividades escolares, bem como a manutenção das ações e relações entre as subestruturas do colégio.

§ 2º A gestão compartilhada é caracterizada pela ênfase na participação de todos os membros da comunidade escolar na tomada de decisão, bem como o envolvimento consciente e integrado nas atividades que permeiam o processo escolar, sob a responsabilidade solidária dos gestores administrativo e pedagógico.

Figura 3 – Esquema de hierarquia da gestão cívico-militar em relação a OE e CA



Fonte: elaboração própria, com base no regimento geral das escolas cívico-militar

As inumeráveis discussões assentes no corpo deste trabalho pontuaram a Orientação Educacional em seus diversos aspectos e como ela foi conquistando seu espaço dentro das instituições escolares, de forma a definir e construir sua identidade. No entanto, o que chama atenção para este capítulo é o universo peculiar em que sua prática foi analisada, acrescentando nas escritas questões pouco encontradas nas literaturas. Todavia, acredita-se que suas ações são organizadas mediante a realidade em que se encontra entremeada. Nesse sentido, Bicudo (1978, p. 103) afirma que:

À Orientação Educacional cabe analisar os significados, as possibilidades e as ocorrências de dois aspectos da realidade escolar: o organizacional e o dos relacionamentos humanos; das situações de ensino e das de auto edificação. Ao proceder dessa forma, ela estará orientando o processo educacional do sistema organizacional da escola e auxiliando o desenvolvimento do educando.

Nessa perspectiva, a OE precisa estar atrelada à função social da escola, refletindo e intermediando os objetivos estabelecidos pela instituição e de sua cultura organizacional com os sujeitos envolvidos nesse processo, de maneira que não transcenda seus princípios base.

Ao retomar o eixo do capítulo em debate, Roraima é um estado bastante abarcado por esse modelo de gestão cívico-militar. Das 371 escolas da rede estadual, 33 são militarizadas (Ramalho, 2023), o que caracteriza ações em parceria, compartilhadas, como descritas claramente no regimento-geral dessas instituições, conferidas no Decreto n.º 1142-P, de 16 de

maio de 2022:

Capítulo IV Da Orientação Educacional

Art. 37. O Professor orientador tem as seguintes atribuições:

- I- elaborar plano de ação com base em diagnóstico da realidade da instituição;
 - II- contribuir com a equipe escolar com o cumprimento das normas da escola;
 - III- conhecer a LDB, ECA e legislação educacional emanada pelo Sistema Estadual;
 - IV- realizar orientações ao aluno e seus familiares nos aspectos pessoais, relacionais e sociais;
 - V- realizar atividades, em conjunto com o Corpo de Alunos, de prevenção e mediação de conflitos;
 - VI- orientar aos alunos para o desenvolvimento de hábitos de estudo e organização;
 - VII- acompanhar a frequência e rendimento escolar dos alunos;
 - VIII- manter organizados os registros dos atendimentos realizados com alunos e pais;
 - IX- desenvolver ações integradas que favoreçam o acesso, a permanência, o pleno desenvolvimento e o sucesso escolar do aluno;
 - X- elaborar e executar projetos de prevenção de forma integrada e articulada com a equipe gestora, corpo de alunos e comunidade;
 - XI- realizar visitas domiciliares, em conjunto com o Corpo de Alunos, conforme a necessidade;
 - XII- colaborar com ações relativas à busca ativa de alunos da escola;
 - XIII- planejar e realizar junto com a coordenação pedagógica e Corpo de Alunos, encontros, eventos, reuniões e o Conselho de Classe;
 - XIV- apresentar resultados do acompanhamento dos alunos com dificuldades de aprendizagem, nas reuniões de Conselho de Classe.
- Parágrafo Único. O Serviço de Orientação Educacional trabalha em conjunto com o Corpo de Alunos, sendo ambos responsáveis pela disciplina e acompanhamento dos alunos.

Nesse cenário, a Orientação Educacional assume um papel crucial nessa conjuntura organizacional e deve participar ativamente dos planejamentos e projetos voltados à comunidade escolar na mediação entre os diferentes atores envolvidos: equipe pedagógica, gestão administrativa, militares, alunos, pais e comunidade.

É notório o passo à frente no percurso da Orientação Educacional ao ter suas funções definidas legalmente, como base para sua atuação. Lembrando que ela foi desobrigada na LDB vigente, Lei 9394/96, ficando a cargo da gestão democrática instituí-la ou não.

Cabe observar que a Orientação Educacional passou a ser oficializada nas escolas estaduais de Roraima em meados de 2009, quando os profissionais licenciados em Pedagogia que atuavam em séries finais do ensino fundamental e médio não seriam mais permitidos, pois, pela exigência legal, somente professores de áreas específicas deveriam permanecer lotados. O estado também, na época, repassou as escolas de ensino fundamental I para responsabilidade da prefeitura de Boa Vista-RR, o que ocasionou em vários pedagogos sem lotação. Desse modo, foi criado um programa intitulado *Professor Orientador: prevenir e cuidar*, criado pela Divisão Psicossocial de Desenvolvimento Escolar (DIPSE), em parceria com o Departamento de

Educação Básica (DEB).

De acordo com a função da Orientação Educacional, é destacado, no parágrafo único do decreto que institui o regimento das escolas militarizadas, n.º 1142-P, de 16 de maio de 2022, Art. 37, que “*o serviço de Orientação Educacional trabalha em conjunto com o Corpo de Alunos, sendo ambos responsáveis pela disciplina e acompanhamento dos alunos*”.

De acordo com o mesmo decreto, no Art. 12, são membros do corpo de aluno (CA) de uma escola militarizada os seguintes profissionais:

Art. 12. O Corpo de Alunos compreende:
 I- Comandante;
 II- Subcomandante;
 III- Monitores e
 IV- Batalhão Escolar.

O contexto de atuação da Orientação Educacional nas escolas estaduais de Roraima Militarizadas, *in lócus* da pesquisa, está elencado aos serviços do corpo de aluno (CA), que trata diretamente da disciplina e ordem dos alunos na ambiência escolar.

A atuação conjunta da “OE com os militares” é uma abordagem desafiadora, não havendo literaturas referentes a essa prática, possuindo como base para discussão somente as leis, decretos e regimentos, pois essa atuação compartilhada ainda não foi discutida por outros autores. Ficará a cargo das análises e discussões dos resultados coletados durante a investigação deste estudo com base empírica.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A proposta metodológica desenhada no presente estudo objetivou uma análise da prática da Orientação Educacional em seu contexto social e pedagógico, relevando aspectos peculiares de uma escola militarizada. Nessa perspectiva, o estudo delineou-se na abordagem qualitativa, por propor uma compreensão mais profunda dos fatos, assim como demonstrar mais flexibilidade nas abordagens de coleta de dados e permitir explorar contextos mais específicos e complexos. A metodologia, por sua vez, responde a questões particulares que não podem ser quantificadas em razão de trabalhar os significados, os motivos, as aspirações, as crenças e os valores de forma mais profunda acerca das relações, dos processos e dos fenômenos (Minayo, 2002). O motivo por preferir a abordagem qualitativa deve-se, sobretudo, por ela se atentar essencialmente a aspectos relativos à qualidade do fenômeno e ao seu significado. O foco da abordagem qualitativa caracteriza-se por estar muito mais atento ao processo que ao produto.

Segundo Creswel (2007, p. 186), “na perspectiva qualitativa, o ambiente natural é a fonte direta de dados e o pesquisador, o principal instrumento, sendo que os dados coletados são predominantemente descritivos”. Ou seja, sua teoria se dá principalmente pelo movimento real do objeto e o meio em que este esteja inserido.

O foco da pesquisa qualitativa demanda compreender e aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos desde a percepção dos participantes ante um contexto natural e relacional da realidade que os rodeia, com base em suas experiências, opiniões e significados, de modo a exprimir suas subjetividades (Minayo, 2014, p. 393).

Portanto, a abordagem qualitativa busca refletir sobre sua essência em seu contexto natural e relacional, da mesma maneira compreender as palavras, histórias e crenças, criar conceitos sobre o mundo e dar voz aos grupos menos favorecidos. Desse modo, reafirma-se a coerência da metodologia escolhida para auxiliar nesta análise, a qual possibilitou uma jornada mais sensível e autêntica. Assim, é imprescindível destacar a importância da escolha de um método que proporcione a devida exploração dos dados em toda a sua riqueza, de forma a combiná-los, conforme afirma Campos (2004, p. 611):

No universo das pesquisas qualitativas, a escolha de método e técnicas para a análise de dados, deve obrigatoriamente proporcionar um olhar multifacetado sobre a totalidade dos dados recolhidos no período de coleta (corpus), tal fato se deve, invariavelmente, à pluralidade de significados atribuídos ao produtor de tais dados, ou seja, seu caráter polissêmico numa abordagem naturalística [...].

Ao retomar a proposta da análise realizada num contexto peculiar, foi necessário definir ações éticas e cuidadosas, por apresentar um campo de investigação complexo e desafiador, característico dessas instituições, marcada por ordem disciplinar e uma rígida hierarquia. Desse modo, foi fundamental estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, de maneira que a investigação não fosse vista como um ato de intrusão ou ameaça à ordem estabelecida.

No tocante aos objetivos definidos, o estudo caracterizou-se como do tipo participante, pois a pesquisadora esteve inserida no campo de investigação em aproximação com o sujeito da pesquisa. Nesse método, é possível realizar a observação dos acontecimentos e interagir com os sujeitos pesquisados, agir de maneira sistematizada e contínua durante o tempo de duração da investigação. Gabarrón (1994, p. 44) afirma que na pesquisa participante:

Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações - a vida

real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem interagimos.

Nesse processo de estudo, a pesquisadora esteve presente *in loco* numa condição analítica, o que lhe possibilitou fazer parte da realidade pesquisada, assim como compreender suas particularidades, experiências, desafios e perspectivas. Para Brandão (2006, p. 56), “[...] devemos partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações”. Dessa forma, a pesquisa participante foi congruente por estabelecer e fortalecer os laços entre os envolvidos no estudo, criando um ambiente de confiança e colaboração. Em suma, foi fundamental e decisiva nas ações definidas no estudo, pois, ao participar diretamente do estudo, pode-se ter uma visão panorâmica do campo explorado e de suas complexidades.

2.1 PANORAMA DO CENÁRIO DA PESQUISA

O cenário em que se constituiu a investigação é uma escola estadual militarizada de ensino fundamental anos finais e ensino médio, localizada em bairro periférico no município de Boa Vista, estado de Roraima, e inscrita no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Além disso, é mantida pelo governo do estado de Roraima e administrada pela Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEED-RR).

Essa instituição está em funcionamento desde 2016 nos turnos matutino, vespertino e noturno. Por apresentar problemas envolvendo a indisciplina, violência e presença de entorpecentes que circulavam entre os alunos da instituição, houve a militarização da escola pelo Decreto n.º 24.851, de 5 de março de 2018, que passou a ter sua gestão compartilhada com a Polícia Militar, como solução emergencial para os problemas provenientes daquela realidade.

Em 2023, foram matriculados 1.515 alunos no colégio, sendo 1.093 no ensino fundamental regular II e 422 no ensino médio regular. Dentre eles, há 44 alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais (PNEEs), todos com laudo médico, e 630 estudantes estrangeiros. No ensino fundamental II, são oito turmas do 6.º ano, sete do 7.º ano, sete do 8.º ano e seis do 9.º ano; quatorze no ensino médio regular, cinco turmas da 1ª série, cinco da 2ª série e quatro da 3ª série.

A escola conta com 1 sala multifuncional, 1 biblioteca/sala de leitura, 1 sala dos docentes, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 secretaria escolar, 1 sala de Orientação Educacional, 1 copa/cozinha, 1 refeitório, 2 depósitos, 1 quadra coberta, 1 cantina, 1 sala de gestão pedagógica, 1 sala de gestão administrativa (militar).

Ao descrever o cenário da presente pesquisa, é interessante enfatizar que o contexto social e econômico de sua inserção é inquietante, pois se trata de uma localidade num complexo residencial com mais de 15 mil moradores (Ariel, 2019), um bairro periférico com o maior índice de violência e presença de facções, de acordo com o 1º Comando Militar. Localizado na Zona Oeste da capital, é uma área com intervenção militar não somente na escola, mas em toda comunidade. Por conseguinte, suas características mais específicas delimitaram os critérios de inclusão nesta investigação.

Nessa fase do estudo, foi imprescindível filtrar os critérios da escolha do cenário a ser investigado, pois estudar sobre uma temática pouco explorada foi desafiador, porém, em vista de seu complexo contexto, certamente trouxe riquezas no que se refere ao conhecimento da realidade educacional local.

2.2 PERFIL E CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A fase de seleção dos participantes da pesquisa exigiu um cuidado maior, por refletir características fundamentais na representatividade e aumentar a validade dos resultados pretendidos no estudo. Dessa maneira, utilizou-se o critério de inclusão e exclusão nessa triagem.

Como critérios de inclusão: participaram da pesquisa os 3 orientadores educacionais que se encontram lotados na instituição, nos turnos matutino, vespertino e noturno, 5 professores lotados no ensino fundamental anos finais e ensino médio nas disciplinas de maior carga horária (Língua Portuguesa e Matemática), 2 militares, sendo o comandante e um soldado, ambos responsáveis pelo Corpo de Aluno e a diretora da Divisão Psicossocial de Desenvolvimento Escolar (DIPSE) por gerir as ações da Orientação Educacional do estado de Roraima.

Já como critérios de exclusão não participaram da pesquisa os professores das outras disciplinas de menor carga horária, professores auxiliares de alunos com deficiência, professores lotados na biblioteca, sala de leitura, sala multifuncional e no apoio pedagógico, os militares que não atuam no corpo de aluno, os discentes e os demais membros da escola que não se enquadraram no perfil da pesquisa.

A descrição do perfil dos participantes encontra-se detalhada nos Quadros 7, 8, e 9, representados da seguinte forma: Orientador Educacional Matutino (OEM), Orientador Educacional Vespertino (OEV), Orientador Educacional Noturno (OEN), professor(a) de matemática (PM1, PM2), professor(a) de Português (PP1, PP2, PP3), diretora da Divisão

Psicossocial de Desenvolvimento Escolar (DIPSE), militares componentes do Corpo de Aluno (MCA1, MCA2)

Quadro 7 – Perfil dos orientadores educacionais participantes da pesquisa

Participante	Idade	Gênero	Nível de escolaridade	Tempo de atuação
OEM	52	Feminino	Pós-graduada em Orientação Educacional	14 anos
OEV	46	Feminino	Pós-graduada em Letras	4 anos
OEN	42	Feminino	Pós-graduada em Psicopedagogia	9 anos

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora

Esse grupo de sujeitos da referente amostragem é 100% do gênero feminino, o que já era esperado, considerando que 79,02% do corpo docente do país são professoras, de acordo com os dados do Censo Escolar de 2022 (Censo [...], 2023), realizado Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

Todas as participantes possuem graduação em Pedagogia, porém, apenas uma com especialização diretamente ligada à sua função, fato esse que chamou atenção por considerar o tempo de atuação na área.

No que se refere ao perfil das orientadoras entrevistadas, a OEM é professora concursada desde o ano de 2002, graduada em Pedagogia, pós-graduada em Orientação Educacional e atua no turno matutino em atendimento às demandas dos alunos de 6º e 7º anos. A princípio, o motivo que a levou a função de Orientadora Educacional foi o processo de transição das escolas de ensino fundamental anos iniciais para a rede municipal de ensino. Desse modo, os professores lotados de 1º a 5º anos foram encaminhados para outras funções, incluindo Orientação Educacional. Identificando-se com a função, fez especialização na área atuante para oferecer qualidade em seus atendimentos aos alunos, professores e familiares.

A OEV é graduada em Letras e atua na função da Orientação Educacional há quatro anos, não possui formação específica na área e encontra-se lotada na OE por motivos de readaptação profissional, sendo a função que mais se identificou no ambiente escolar.

A OEN é pedagoga e especialista em Psicopedagogia, atua na função há 6 anos por escolha, afinidade e interesse profissional.

Quadro 8 – Perfil dos professores participantes

Participante	Idade	Gênero	Nível de escolaridade	Segmento de atuação
PP1	48	Feminino	Pós-graduada em Linguística	6º e 7º ano Matutino
PP2	45	Feminino	Mestrado em Educação	8º e 9º ano Vespertino
PP3	54	Masculino	Pós-graduado em Linguística	Ensino Médio Noturno
PM1	36	Masculino	Pós-graduado em Física-Matemática	6º e 7º ano Matutino
PM2	42	Masculino	Pós-graduado em Metodologia do Ensino da Matemática	8º e 9º ano Vespertino

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora

Ao selecionar uma amostra de professores para participação da pesquisa, foi levado em consideração a carga horária, seu segmento de atuação, assim como outras características que viabilizaram a investigação em seu processo. Dos 5 professores entrevistados, 3 deles atuam na escola desde antes da militarização.

Quadro 9 – Perfil da participante amostra da DIPSE

Participante	Gênero	Nível de escolaridade	Segmento de atuação
DIPSE	Feminino	Mestre em Educação	Divisão Psicossocial de Desenvolvimento Escolar

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora

O critério de seleção do sujeito amostra da DIPSE teve como finalidade garantir mais propriedade e qualidade para os dados coletados, pois as ações da Orientação Educacional nas escolas estaduais de Roraima são planejadas e assessoradas por essa divisão vinculada ao Departamento de Educação Básica (DEB), desde o ano de 2009. É constituída por uma equipe

multidisciplinar, composta por orientadores educacionais graduados e especialistas na área, pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, neuropsicopedagogos e assistentes sociais. Sua função é desenvolver projetos de ações preventivas para as escolas, capacitar, fornecer materiais e buscar parcerias para auxiliar a OE em sua prática. Seu público-alvo são: orientadores educacionais, professores, alunos e família.

Ao que lhe concerne, essa divisão desenvolve ações juntamente à OE de caráter preventivo e interventivo, acolhimentos, encaminhamentos e acompanhamentos de demandas psicossociais, socioemocionais de toda comunidade escolar da rede estadual de ensino, como apontam as descrições no Quadro 10.

Quadro 10 – Problemáticas socioemocionais atendidas pela DIPSE

DEMANDAS						
Autolesão	Problemas Emocionais	Bullying/cyberbullying	Apatia	Assédio moral	Isolamento social	Drogas ilícitas
Gravidez na adolescência	Violência doméstica	Problemas familiares	Tentativa de suicídio	Abuso sexual	Ideação suicida	Drogas lícitas
Exploração sexual	Ato indisciplinar	Dificuldade de aprendizagem	Ficai/Faltas injustificadas	Assédio sexual	Ato infracional	Maus tratos

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora

Deve-se esclarecer que tais demandas passam pelo atendimento da Orientação Educacional nas escolas, que posteriormente compartilham com a DIPSE, que busca apoio em seus parceiros: Conselho Tutelar, Polícia Militar, Delegacia da Mulher, UBS, Ministério Público, SETRABES, CEFOR e outros.

Quadro 11 – Perfil dos militares do Corpo de Aluno (CA)

Participante	Gênero	Nível de escolaridade	Patente	Segmento de atuação
CA1	Masculino	Graduado em Administração	Major	Comandante do CA
CA2	Masculino	Licenciatura em Matemática	Soldado	Monitor

Fonte: dados obtidos pela pesquisadora

O Corpo de Aluno (CA) é composto por militares que atuam como monitores, responsáveis por manter a ordem e disciplina no ambiente escolar. Eles também estão envolvidos nos projetos educacionais de meritocracia dos alunos como o Alamar⁶. São sujeitos amostra essencial na coleta de dados, a considerar sua atuação direta com a Orientação Educacional.

2.3 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A escolha dos procedimentos operacionais na prática da pesquisa foi essencial por estabelecer um organograma para coletar os dados e firmar os instrumentos mais adequados para os objetivos propostos no estudo, garantindo veracidade e confiabilidade na análise dos resultados obtidos no percurso exploratório. Consequentemente foram selecionados como instrumentos para coleta de dados a observação-participante, entrevista semiestruturada, análise documental e diário de bordo, como descritas em prosseguimento.

2.3.1 Análise documental

No percurso metodológico da análise documental, técnica essencial e complementar, foi possível uma busca mais aprofundada em documentos, tanto em plataformas de pesquisas do google (acadêmico, perplexity, Portal da Legislação, Diários Oficiais do Estado de Roraima) como também nos arquivos virtuais da gestão escolar *in loco*. Essa etapa foi determinante para aprofundar e viabilizar os dados adquiridos por meio de outros instrumentos, como afirma Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Em referência, foi premente realizar leituras das leis e decretos que determinam aspectos legais no âmbito nacional e estadual da Orientação Educacional, tal como das escolas militarizadas e seus regimentos. Por esse viés, foi também crucial conhecer o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola campo, para obtenção de dados sobre sua proposta educacional e o seu papel no contexto social e pedagógico, ressaltando sua devida importância por refletir a identidade da instituição, seus valores, objetivos e, principalmente, sua forma de entender e praticar a educação.

⁶ Alamar refere-se a uma das formas adotadas pelo Sistema Colégio Militar do Brasil, com o objetivo de motivar seus alunos a se dedicarem afincamente nos estudos.

2.3.2 Observação participante

A observação participante teve como base da pesquisa um espaço que, por sua natureza, já apresenta um ambiente com vivências marcantes, mediante sua proposta curricular de gestão cívico-militar, portanto é comum a presença de militares nos corredores no ambiente de atuação da Orientação Educacional. O instrumento aqui descrito permitiu à pesquisadora se colocar dentro do cotidiano do universo pesquisado, como parte do objeto de estudo, a fim de facilitar uma observância mais detalhada dos acontecimentos. De acordo com Chizzotti (1995, p. 61), “na observação participante, o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado. Ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado”.

Segundo Gil (1999) e Marconi e Lakatos (2003), a observação é uma ferramenta poderosa para compreender as minudências do contexto investigado, porém é desafiadora, pois, ao imergir no campo da pesquisa, a intrusividade do pesquisador pode alterar o comportamento dos participantes. Nesse entendimento, foi imprescindível organizar as ações a serem observadas e construir um roteiro para guiá-las na coleta de dados durante a participação no cotidiano (Anexo E), assim como a descrição fidedigna dos acontecimentos no caderno de bordo, a qual é uma ferramenta essencial para registrar as experiências, intercorrências, comportamentos, relações, interações e guardar os acontecimentos como uma memória auxiliar detalhada, para posteriormente analisar e triangular os dados obtidos em outras fontes de informação.

A observação participante teve a duração de três meses, intercalados entre os dias da semana e os horários matutino, vespertino e noturno, tempo viável para estabelecer confiança, transparência, honestidade, respeito e confidencialidade entre os envolvidos, reafirmando o compromisso de ética entre ambos.

A pesquisadora esteve atenta aos detalhes, observando veementemente a forma como o orientador sistematiza seus atendimentos, sua interação conjunta com os militares, suas ações dentro da gestão escolar, o impacto de suas práticas no contexto social e pedagógico da escola, assim como identificar seus maiores desafios.

2.3.3 Entrevista semiestruturada

A escolha pelo instrumento de coleta entrevista semiestruturada deu-se por apresentar mais liberdade na obtenção de informações e possuir natureza mais flexível na conversação fluente face a face, entre o entrevistado e o entrevistador. A partir dessa visão, criaram-se questões básicas com o objetivo de ter um maior alcance em que as respostas saíssem naturalmente dos entrevistados, organizou-se um roteiro pré-estabelecido para sua aplicação, a considerar quais dados seriam coletados, seja por meio de perguntas previamente elaboradas ou apenas pela ordem em que forem aparecendo os assuntos durante sua abordagem. De acordo com Manzini (1991, p. 154), “[...] a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Para o autor, esse tipo de ferramenta pode fazer surgir outras questões inerentes ao estudo, além de manter o pesquisador na ativa, atento às flexibilidades das questões propostas.

Gil (1999, p. 117) reitera a concepção da entrevista como “uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Como fecho dessa citação, trata não apenas de um instrumento de coletas de dados, mas de uma dinâmica relacional entre o entrevistado e o entrevistador, na qual uma precisa da informação enquanto o outro a tem. Dessa forma, cabe ao pesquisador dispor de estratégias que viabilizem os dados coletados sem interferências e alteração nos resultados.

Apresentaram-se previamente as perguntas aos participantes selecionados que tiveram todas as informações de forma clara e objetiva sobre os riscos e benefícios da pesquisa. Cabe ressaltar que seus direitos foram resguardados quanto ao sigilo de suas respostas, assim como também ficaram à vontade para responder ou não às perguntas, caso ocorresse de, em algum momento da entrevista, se sentissem desconfortáveis ou constrangidos por algum questionamento. Com o aceite da participação, os entrevistados assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que serviu como um contrato entre o pesquisador e o participante (Anexo B).

As perguntas da entrevista, assim como as TCLEs, foram submetidas ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), analisadas e aprovadas para aplicação, o que constituiu mais segurança para os participantes entrevistados.

As entrevistas direcionadas aos 3 orientadores educacionais foram estruturadas em 4 partes, sendo a 1ª e 2ª referentes ao perfil, a 3ª tratando da sistematização de sua prática no seu

contexto de atuação e a 4ª referiu-se a sua atuação conjunta com os militares (Apêndice A).

A entrevista com os 5 professores destacados como participantes foi composta por 5 questões que abrangeram o perfil dos colaboradores e sua percepção quanto à prática da OE juntamente aos militares (Apêndice B).

A entrevista com os 2 militares representantes do Corpo de Aluno (CA) foi também estruturada em 5 questões que trataram do perfil e atuação compartilhada com a Orientação Educacional, assim como suas visões quanto à prática desse profissional (Apêndice C).

Para a entrevista com a representante do DIPSE, departamento que coordena a Orientação Educacional do estado, foram direcionadas 7 questões que implicaram na atuação dessa divisão e como auxiliam a OE, como também abordaram questões voltadas para relação de parceria dos militares com a Orientação Educacional (Apêndice D).

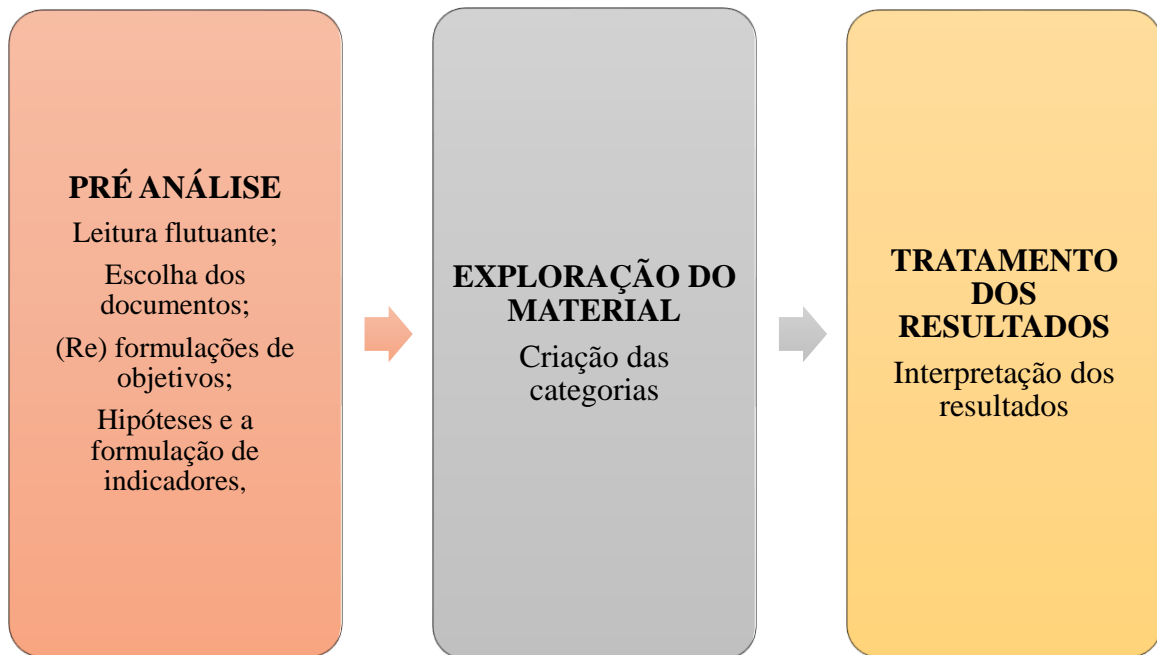
As entrevistas foram transcritas fielmente, respeitando cada fala e descrevendo os comportamentos, as expressões faciais e corporais durante a conversação.

2.4 PROCEDIMENTOS E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados coletados no decorrer da pesquisa tiveram sua análise embasada mediante categorias estabelecidas na análise de conteúdo de Bardin (2011) que, segundo um conjunto de técnicas, apresenta uma descrição precisa e sistemática do conteúdo obtido no processo. Estrutura-se em três fases: “1) pré-análise; 2) exploração do material, categorização ou codificação; 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação” (Bardin, 2011, p. 383).

A estrutura proposta para essa fase perscrutadora foi essencial na organização e análise qualitativa dos dados coletados. Foi o momento de identificar o que era relevante para responder à questão da pesquisa, de modo a atentar-se à cada fase da análise de conteúdo e não se perder na sistematização das informações, por conseguinte agregar, ao máximo, os conteúdos colhidos ao longo do estudo. Observemos, na Figura 2, a configuração simplificada da técnica de Análise de Conteúdo utilizada no estudo, com base em Bardin (2011).

Figura 4 – Configuração da técnica de análise de conteúdo



Fonte: adaptado de Bardin (2011 *apud* Sousa, 2019)

Na primeira etapa, buscou-se organizar os dados coletados, o que necessitou de seleção das leituras referentes à temática do estudo, para correlacionar com as falas e ações dos participantes e, assim, eleger o que seria analisado, sistematizando informações referentes à mesma questão e identificar os temas principais. A segunda etapa marcada pela exploração do material permitiu a identificação das unidades de registro por temas e, assim, atribuir-lhes um código (nesta pesquisa usamos palavras mais frequentes e relevantes) para, em seguida, agrupá-las em categorias. Foi uma fase minuciosa que exigiu concentração e cautela, fazendo sempre comparação entre as informações coletadas por meio dos outros instrumentos utilizados na pesquisa. Por fim, a terceira etapa foi crucial por tratar e transformar as informações em resultados compreensíveis, tal como interpretar os aspectos mais relevantes e gerar conclusões sobre o fenômeno investigado. Consequentemente, construir discussões sólidas e relevantes perante o referencial teórico do estudo.

Em atendimento ao padrão de análise estabelecido na presente pesquisa, apresentam-se os Quadro 12 e 13, referentes ao esquema de organização e construção das categorias.

Quadro 12 – Categorias de análises formas a partir da triangulação das falas nas entrevistas e dados obtidos na observação participante

Categorias	Unidade de registro: temas mais frequentes	Trechos destacados
Relação dialógica e acolhedora da OE	Escuta ativa Acolhimento Confiança Diálogo Humanística	<i>“É preciso prestar atenção atentamente ao que o aluno está dizendo e transmitir confiança e segurança na escuta” (OEM).</i>
Orientação Educacional na interconexão social	Relações interpessoais Elo Rede de apoio Inclusão Emocional	<i>“A escola é um ambiente social cheio de complexidades em que a OE tem o papel de facilitar as conexões” (PM1).</i>
Orientação Educacional: malabarismo pedagógico	Auxílio pedagógico Multitarefas Filtro Sobrecarga Desafios Malabarismo	<i>“São tantas tarefas no ambiente escolar, que precisaria mais de 24 horas no dia para executá-las” (OEN).</i>
Princípios da OE e a cultura Militar: entre dilemas e parceria	Parceria Segurança Rendimento Embates Disciplina Organização	<i>“E uma relação de amor e ódio” (OEV).</i>

Fonte: dados da própria pesquisadora (2024)

O quadro abaixo traz uma síntese da pré-discussão das categorias construídas, a fim de permitir ao leitor visualizar de forma mais clara as etapas subsequentes, como também ajudar

a autora a manter o foco nos objetivos principais do trabalho e evitar desvios e equívocos nos debates.

Quadro 13 – Categorias definidas e síntese das discussões

CATEGORIAS	DISCUSSÕES
Relação dialógica e acolhedora da OE	Aborda a escuta de qualidade, vínculos de confiança e relações mais humanísticas dentro da escola.
Orientação Educacional na interconexão social	Apresenta resultados da ponte realizada pela OE entre família-escola, professor-aluno e os demais envolvidos no processo social escolar
Orientação Educacional <i>Malabarismo</i> Pedagógico.	Discute sobre a versatilidade da OE no contexto pedagógico, utiliza-se de uma metáfora, para referenciar suas múltiplas funções.
Princípios da OE e a cultura Militar: entre dilemas e parceria	Aqui foram descritas as ações unificadas da OE com os militares, assim como, a dinâmica de sua abordagem mediante os conflitos emocionais, sociais e pedagógicos.

Fonte: dados da própria pesquisadora (2024)

2.5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção indica os resultados do estudo em resposta à questão-problema e introduz uma análise específica organizadas em categorias para discussões, definidas com base na triangulação das respostas das entrevistas e registros realizados nas observações. A discussão dos resultados traz abordagens empíricas, achados e falas dos participantes, sob a luz do referencial da pesquisa. As falas dos entrevistados utilizarão a simbologia atribuída no quadro de perfil e caracterização dos participantes.

2.5.1 Categoria 1 – relação dialógica e acolhedora da OE

A primeira categoria analisada é a da relação dialógica e acolhedora da Orientação Educacional (OE). Nessa abordagem, é possível destacar aspectos como a escuta de qualidade,

os vínculos de confiança desenvolvidos e as relações humanísticas dentro da escola. Para essa compreensão, remete-se ao conceito definido por Giacaglia e Penteado (2021), de acordo com o qual a Orientação Educacional é vista como uma responsabilidade da gestão escolar, desempenhada por um pedagogo com a função de intermediar as relações dentro da escola, criando oportunidades para diálogo e escuta entre todos os participantes, incluindo alunos entre si, alunos e professores, professores e famílias e famílias com a escola. Nesse sentido, a OE é um braço da gestão escolar com características não administrativas, mas com pendor assistencial destinado às necessidades dialógicas do aluno, dispondo-o acolhimento e escuta mais eficiente, um espaço seguro na escola onde seus sentimentos ganham voz, como ilustram as falas transcritas dos participantes a seguir.

Sabe, os alunos chegam muitas vezes chorando e com falta de ar, daí damos pra eles um copo de água, pedimos pra respirar devagarinho e nos contar assim que puder o que está acontecendo com ele. Na maioria das vezes o problema vem de casa, daí eles encontram na gente uma escuta, alguém pra desabafar e orientá-los. Deixamos claro para eles que tudo o que for conversado dentro da sala só vai envolver os interessados. Tentamos deixá-los o mais à vontade possível para não nos esconder nada (OEM).

Às vezes comparamos nossa sala com um consultório psicológico, porque eles se sentem à vontade. Às vezes no primeiro momento não contam a história toda, depois vão ganhando confiança ficando mais à vontade e nos falam tudo o que está acontecendo em casa ou mesmo na escola. Quando envolve problemas com a família, chamamos eles também na sala da OE para dialogarmos e vemos o que será melhor para o aluno (OEV).

Dessa maneira, vislumbra-se, segundo David (2017), que a OE nas escolas busca apoiar o desenvolvimento pessoal dos alunos, com foco em contribuir para a formação de aspectos como o controle emocional e de atitudes, bem como de seus valores. Isto é, a OE orienta, escuta e promove o bem-estar entre os membros da comunidade escolar, tais como responsáveis, alunos, professores e gestores. Ela, igualmente contribui para organizar e implementar as propostas pedagógicas nas escolas, que retratem a relação dialógica e acolhedora, proporcionando um lugar de comunicação, onde o aluno possa ser ele mesmo e sentir-se livre para expressar seus sentimentos, munindo-o com ferramentas que possa ajudá-lo a lidar com seus desafios, como identificado nas falas transcritas a seguir:

Acho muito interessante quando um aluno se dirige a mim e diz: - professora, posso ir na sala da OE, é que é confidencial, só posso falar pra ela, porque só ela vai poder me ajudar, é muito sério. Tem coisas que estão acontecendo na minha casa que não tenho pra quem contar, ninguém da escola pode saber, só ela (risos). Na minha visão de professora, esse apoio que elas encontram na Orientação Educacional, essa escuta ativa, a forma como acolhem os alunos é muito importante porque faz uma decompressão nas problemáticas da sala de aula, que na maioria das vezes

atrapalham o andamento da aula (PP1).

Atendemos em nossa sala, professores que vem relatar dificuldades do aluno em acompanhar o conteúdo, assim como conflitos na sua aula, meio que um pedido de socorro, fazemos interferência na sala, procuramos ao máximo atendê-lo para promover um ambiente mais agradável para os alunos e para o professor também (OEV).

Outrossim, a OE auxilia os professores a entenderem o comportamento dos alunos e a adotar abordagens adequadas para lidar com eles, como ajudá-los a enfrentar as dificuldades de aprendizagem, mediar os diferentes conflitos verificados no ambiente escolar, de forma a acompanhar de perto os casos, propondo aconselhamentos aos professores e oferecendo-lhes suporte em sua prática pedagógica. Observa-se que, conseqüentemente, propicia um ambiente harmonioso que favoreça o desenvolvimento integral do aluno, como concorda (David, 2017), essa é a representação de uma busca pelo diálogo que ultrapassa a relação com os alunos, mas perpassa por toda a comunidade escolar. Como representado na transcrição da fala do entrevistado a seguir:

Eu observo o quanto é válido a interferência que a OE faz no ambiente escolar e familiar também, já vi familiares chegando alterados e nervosos, e através do diálogo e escuta de qualidade encontrados no atendimento da OE, saem mais tranquilos. Sem contar os conflitos diários entre os próprios alunos referentes ao bullying, xenofobia, homofobia, dentre outros que são encaminhados constantemente à sala da OE para resolução (PM1).

Nesse sentido, compartilhamos a mesma opinião de Grinspun (2012), onde afirma que a OE desempenha um papel essencial na criação de um ambiente mais dialógico, inclusivo, receptivo e igualitário, que potencialize os resultados do processo educativo. Portanto, torna-se visível sua movimentação no que se refere às necessidades emocionais, pedagógicas e sociais do discente, assim como promover atitudes positivas e assertivas em meio às complexidades emergentes no âmbito escolar e para além dele. Dessa maneira, envolve um apoio integral ao aluno, considerando suas aspirações, desejos e interesses individuais, executando ações que transcendem as atividades burocráticas, como impulsionar suas habilidades socioemocionais e cognitivas, aumentando sua autoestima e confiança em suas capacidades. Observa-se a fala da entrevistada a seguir:

Quando fazemos o atendimento aos alunos, procuramos conhecê-los em todos os aspectos, como uma espécie de anamnese, para entendermos seu comportamento dentro e fora da escola. Eles chegam muito perdidos, assustados e com crise de identidade [...] procuramos através de acompanhamentos e diálogos, fazer com que ele se enxergue como um cidadão com direitos e deveres na escola e também na

sociedade. Na verdade, me parece que eles não têm esse tipo de diálogo em casa (OEM).

Dessa forma, a Orientação atua na escola promovendo a cidadania, não apenas criando um serviço para atender a casos de conflitos, mas compreendendo o aluno por meio das interações dentro da instituição escolar. Essas atribuições evidenciam o caráter acolhedor da OE no ambiente da educação, o qual ultrapassa os limites da sala de aula.

Em vista disso, remete-se a Fernandes (2022), o qual oferece uma análise detalhada e relatos sobre sua atuação na Orientação Educacional, ressaltando a relevância fundamental desse profissional e a sua contribuição significativa para o desenvolvimento integral do aluno. O autor destaca que o Orientador Educacional exerce um papel essencial como facilitador e disseminador de conhecimento, ajudando os alunos a construir sua identidade e a se desenvolver em todas as suas dimensões. Portanto, esse profissional atua para promover a formação integral do indivíduo, oferecendo suporte contínuo e direcionamento durante o processo socioeducacional, o que permite aos alunos atingirem seu potencial máximo e se tornarem cidadãos completos e responsáveis (Fernandes, 2022). Como descreve a fala da entrevistada a seguir:

Oferecemos através de nossos serviços de Orientação Educacional, parcerias com vários órgãos públicos para apoiar nossos alunos em vários aspectos, damos importância às necessidades de cada um, procuramos ajudá-los a resolver os conflitos familiares através de aconselhamentos e quando ultrapassa ao que nos compete, encaminhamos para os órgãos responsáveis (OEN).

Além disso, é preciso considerar a Orientação Educacional como um processo estruturado e contínuo presente na escola. Martins (1984) afirma que seu objetivo é promover o desenvolvimento completo dos alunos, valorizando todos os aspectos desse processo e buscando seu aprimoramento e realização por meio de conhecimentos científicos e técnicas especializadas. Nesse entendimento, a OE funciona como um sistema de apoio que envolve a interação entre o orientador, o aluno e outros membros da escola. Deve estar sempre atenta aos sinais de sofrimento emocional dentre outros, oferecendo uma escuta atenciosa e compreensiva. Como descreve a entrevistada abaixo:

Um dia fiquei muito assustada na sala de aula, sem saber o que fazer, percebi que minha aluna estava com os pulsos cheios de marcas de mutilação, corri para a Orientação Educacional para pedir ajuda, para que fizesse alguma intervenção na vida daquela menina. Elas agiram de imediato com suas técnicas de acolhimento e conversa [...] graças a Deus conseguiram ajudá-la (PP2).

Esse sistema de métodos organizados pela OE facilita ao aluno o amadurecimento, a tomada de decisões, o autoconhecimento e a assunção de responsabilidades. Para isso, Grinspun (2012) destaca que a OE deve estar preparada para lidar e ajudar em situações de contradições e conflitos que fazem parte da vida e do cotidiano do discente, ressaltando que a vida está cheia de contradições e conflitos, mas os seres humanos vivem e prosperam por meio do pensamento, da linguagem, dos valores e dos sentimentos.

Para isso, a escuta ativa identificada nas entrevistas e observações se revelam compatíveis com o fato de a Orientação Educacional acompanhar essa realidade, ouvindo e reconhecendo que o mesmo indivíduo que pensa e age também é aquele que sente e se emociona. No entanto, apesar do caráter dialógico e acolhedor, manter os alunos na escola tem sido uma tarefa difícil para a Orientação Educacional, devido às complexidades, diversidades e distrações atuais.

Sobre isso, Guimarães (2006) sugere que tal entendimento não corresponde, necessariamente, à ausência de conflitos, mas à criação de uma solidariedade interna que respeite a autonomia e as diferenças, promovendo uma comunidade de trabalho cooperativa. Assim, conforme identificado na presente pesquisa, a OE se torna cada vez mais terapêutica e pacificadora diante dos frequentes conflitos, indisciplina e violência.

Dessa maneira, concordamos com Grinspun (2012) que afirma que, a Orientação Educacional atualmente não se limita apenas a cuidar e ajudar os alunos com problemas, sendo necessário adotar uma nova abordagem que se concentre na construção de um cidadão mais engajado com sua época e sua comunidade. Com isso, a ênfase da Orientação Educacional está se deslocando de simplesmente intermediadora e focando mais no desenvolvimento e no envolvimento ativo dos estudantes com o contexto atual, o que ressalta a importância de seus aspectos dialógicos e acolhedores.

Em consenso com Giacaglia e Penteadó (2021), verificamos que a psicologia que fundamenta a Orientação Educacional também evoluiu, passando de uma abordagem focada em medir e diferenciar as pessoas para uma Psicologia do Desenvolvimento, que visa promover o bem-estar e a adaptação do ser humano, o que é evidenciado pelos resultados coletados na pesquisa quanto às relações dialógicas e acolhedoras da OE.

2.5.2 Categoria 2 – Orientação Educacional na interconexão social

O segundo ponto de discussão é a Orientação Educacional na interconexão social, no qual se analisa como a OE se relaciona com os indivíduos ao seu redor. Sobre esse prisma,

Placco (1994) enfatiza que a OE é um processo social que, na escola, é conduzido por educadores com o objetivo de ajudar cada aluno a se desenvolver, compreender o processo de escolha que enfrenta e reconhecer os fatores socioeconômicos, políticos, ideológicos e éticos envolvidos.

Eu costumo dizer que o espaço escolar é uma amostragem da sociedade, então os projetos pedagógicos, sociais e atividades em grupo que desenvolvemos com os alunos, tanto causam impacto em suas vivências, como também simulam a intenção de suas ações fora dos muros da escola. O que eles aprendem aqui vai refletir lá fora, não tem como não acontecer isso (OEM).

Nesse contexto, cabe à OE também buscar fornecer os mecanismos necessários para que o aluno supere a alienação gerada pela estrutura social, tornando-se um participante consciente e ativo na sociedade e contribuindo para sua transformação. Por isso, Barbosa, Lima e Lima (2011) apontam que a Orientação Educacional deve focalizar seu trabalho no aluno, abrangendo não apenas aqueles que enfrentam dificuldades, mas todos os estudantes, com o objetivo de promover uma abordagem equitativa no suporte fornecido e a interação social.

Com isso em vista, os autores apontam ser fundamental que o orientador se envolva ativamente em todos os aspectos da escola, reconhecendo que o aluno é um ser biopsicossocial inserido em um contexto social mais amplo. Para isso, a escola, como parte integrante dessa sociedade, deve atuar de maneira a garantir que o apoio oferecido leve em consideração a complexidade do desenvolvimento do aluno e suas interações com o ambiente escolar e social, posto que, conforme depreendido nesta pesquisa, a interconexão não envolve apenas aluno-aluno e aluno-professor, mas família-escola e todos os demais envolvidos na socialização escolar.

O conselho escolar é promovido pela Orientação Educacional, é um momento de avaliação coletiva dos alunos no sentido do ensino-aprendizagem, faltas escolares, comportamento e relações, possibilitando inter-relação entre nós professores da mesma série, onde os orientadores formam um espaço de discussão sobre as complexidades do ambiente escolar, um elo entre os profissionais, alunos e família, já que nesse momento ele representa todas as necessidades dos alunos para em seguida propor solução junto aos responsáveis (PP3).

Sob esse prisma, inclusive, Lück (2006) afirma que a escola, enquanto um sistema social complexo, é formada por uma série de funções interconectadas, onde cada uma delas exerce influência sobre as demais. Essas funções não existem isoladamente, estando profundamente inter-relacionadas e sendo mutuamente dependentes. Assim, a forma como as atividades são geridas em uma área específica pode impactar de maneira significativa as

operações e resultados em outras áreas, destacando, assim, a interconexão presente entre todos os indivíduos deste ambiente.

Na triangulação das respostas das entrevistas e dos fatos observados durante essas ações em que estivemos presentes na coleta de dados para esta pesquisa, observamos a correlação destes com as teorias de nossa fundamentação, assim como Martins (1984) diz que a Orientação Educacional é um sistema baseado em uma rede de apoio que envolve o orientador, o aluno e outros segmentos da escola. Esse sistema é construído por meio de interações organizadas e bem estruturadas, que possibilitam uma colaboração eficaz entre todos os envolvidos.

A busca ativa é uma atividade da OE bem exhaustiva, pois nós vamos até a casa dos alunos que estão com um número elevado de faltas, para buscar juntamente aos responsáveis uma solução para cessar a possibilidade de evasão escolar. Nessa ação precisamos construir um relacionamento de confiança com os familiares, para compreenderem nosso interesse em ajudar o aluno, numa articulação com a comunidade, dependendo das circunstâncias, montamos uma rede de apoio que envolve assistência social, saúde, segurança pública, conselho tutelar, psicólogo ou encaminhamos para a DIPSE (OEM).

Essa fala nos leva a refletir sobre uma ótica que parece essencial acerca do papel da OE na permanência e sucesso dos alunos no ambiente escolar, utilizando de estratégias que são parte de um processo conjunto com diferentes atores sociais, numa interconexão que propicia um ambiente com diversas oportunidades para seu desenvolvimento pessoal e social, como afirmam as autoras Giacaglia e Penteadó (2021).

Nosso trabalho, é muito gratificante, inclusive eu já podia até ter me aposentado, mas eu gosto tanto desse trabalho, e eu acho que faz tanta diferença, e eu acho que é tão legal o que a gente consegue fazer, romper tantos paradigmas excludentes através de nossas ações que só de falar me emociono. Nós atuamos prevenindo, promovendo acolhimento, orientações aos alunos e seus familiares, com práticas inclusivas e de apoio emocional para ambos (OEV).

Uma expressão forte que destaca o compromisso dessa orientadora por sua atuação, o que de fato foi comprovado em sua prática no cotidiano observado. Deve-se lembrar que, de acordo com a DIPSE, para o pedagogo atuar na Orientação Educacional, precisa passar por entrevistas e avaliação de seu perfil para competir ao cargo, assim como realizar capacitações na área.

Ainda refletindo a fala da entrevistada, foi dessa maneira que a OE se tornou essencial nas escolas públicas, pois, além de acreditar em uma educação inclusiva com resoluções de conflitos familiares e entre professores, ela tem sua função social e impacta vidas de forma

ampla. Isso vem à tona em contrapartida ao que Pascoal (2006) destaca ser o campo do Orientador Educacional no início da OE, que era focar exclusivamente no atendimento aos alunos, resolvendo seus “problemas”, questões familiares e “desajustes escolares”, geralmente deixando de lado a promoção da autonomia dos alunos e sua integração como cidadãos.

Diante desse contexto, todos os envolvidos no processo educacional devem estar comprometidos com a formação integral do aluno, incluindo família e professores. Por isso, conforme identificado a partir da coleta de dados, a Orientação Educacional desempenha um papel expressivo na compreensão e integração do aluno em seu próprio ambiente.

Ademais, de acordo com Grinspun (2012), o trabalho do orientador envolve uma variedade de objetivos, abrangendo não apenas os aspectos pessoais do aluno, mas também suas dimensões políticas e sociais como cidadão. Assim, com a influência de novos paradigmas na escola campo da pesquisa, a abordagem da OE deve permitir que o aluno conheça a si mesmo, reconheça suas limitações, aprenda a gerenciar suas emoções e se veja como um todo, correlacionando seus aspectos dialógico e acolhedor ao seu papel diante da interconexão social.

2.5.3 Categoria 3 – Orientação Educacional: *malabarismo pedagógico*

Essa terceira categoria nos convida a refletir sobre a dinâmica da prática da OE no processo educativo, usando uma analogia, embora poética, permite-nos perceber sua criatividade, equilíbrio, agilidade, destreza e disciplina, para lidar com suas múltiplas demandas no ambiente escolar. Nesse pensamento, Barbosa, Lima e Lima (2011) trouxeram abordagens sobre as multitarefas atribuídas a Orientação Educacional, inserindo-o no campo escolar como um todo, em uma abordagem multidisciplinar.

O que mais me angustia é ter que atender demandas simultâneas, como se eu fosse onipresente (risos), preciso manter a calma e atender por ordem de prioridades, sendo que às vezes é bem difícil decidir porque é uma situação conflitante pior que a outra (OEM).

Encontrar equilíbrio entre as diferentes necessidades dos alunos é desafiador, pois exige do profissional uma grande capacidade de filtrar e ponderar as diversas demandas, fazendo um verdadeiro malabarismo para encontrar soluções apropriadas para as intercorrências do seu cotidiano. Nesse sentido, Grinspun (1994) diz que as ações da OE precisam estar pautadas em assistir os alunos e incentivá-los a pensar criticamente sobre as relações e acontecimentos no seu ambiente escolar e social.

Ao considerar a quantidade excessiva de situações conflituosas, indisciplina e

violências inerentes a realidade escolar e social, pois o aluno traz problemas de casa para escola que precisam ser mediados. Sendo assim, a OE atua de forma pacificadora e terapêutica. Giacaglia e Penteado (2003) referem-se à Orientação Educacional como principal responsável em solucionar as demandas referentes ao aluno, o que acaba o sobrecarregando.

A Sobrecarga da Orientação é grande, são tantas tarefas que tem horas que a cabeça gira. Toda hora tem aluno na nossa sala, é dor de cabeça, é dor na barriga, é fome, é cólica, é porque não fez as atividades, é porque respondeu mal o professor, é porque estar faltando, é porque baixou o rendimento escolar, é porque está grávida, é porque saiu de casa, é porque está sofrendo bullying, é porque está se automutilando, é porque chega atrasada, é porque está sofrendo violência doméstica, é porque está sofrendo assédio sexual, é acompanhar todos os grupos de WhatsApp do meu turno [...], precisamos nos cuidar para não pirar com tanta coisa (OEN).

Tive uma colega que adoeceu, ela surtou, não aguentou a pressão de lidar com tantas responsabilidades, porque fora o atendimento ao aluno na escola que fazemos, precisamos realizar visitas domiciliares quando eles deixam de vir pra escola. Temos também que desenvolver os projetos sociais como setembro amarelo (prevenção ao suicídio), mediar palestras e preencher um monte de relatórios e fichas de acompanhamento. Tem que querer mesmo estar aqui, porque são muitos desafios (OEV).

De fato, as falas transcritas acima estão literalmente concernentes com o que foi observado. A OE encontra-se com sobrepeso de responsabilidades, trazendo, de certo modo, angústia e pressão sobre seus colaboradores. O cenário enredado por depressão, ansiedade, crescente número de casos de bullying e abuso sexual na família, pressão por melhores resultados acadêmicos, em suma, tem acarretado os serviços da Orientação Educacional. Essa realidade nos leva a uma reflexão de como seria o desenvolvimento escolar sem a presença da OE em seu ambiente. Possivelmente, traria sobrecarga aos demais membros da gestão escolar, como acontece em algumas instituições que não possuem esse profissional na ativa. Como complementa Lück (2006), qualquer alteração nos elementos escolares vai produzir mudança nos outros e assim sucessivamente.

Em resumo, é necessário fazer uma divisão dos trabalhos entre os membros da equipe pedagógica, constituindo uma organização sistêmica com pessoas com diferentes funções que interagem mutuamente e permita uma carga compatível para cada um (Pascoal, Honorato e Albuquerque, 2008).

Meu maior desafio é lidar com demandas familiares, são sempre muito desgastantes. Porque acaba indo para fora dos muros da escola. Então nossas responsabilidades acabam sendo muito abrangentes, somos os “Severinos” da escola (risos) (OEM).

Compreendo a metáfora utilizada na fala da entrevistada acima, é uma forma contundente de relatar a invisibilidade desse profissional, que, embora possua uma vasta lista de demandas, não tem o devido reconhecimento, pois, apesar de fazer parte da gestão escolar, não tem sua função gratificada como as demais, o que comprova sua desvalorização. Nessa abordagem, é possível ver que a Orientação Educacional, embora desenvolva uma função essencial no contexto social-escolar, leva-nos a refletir mais uma vez sobre seu percurso histórico, como descreve Penteado (2012), quando compara a OE a um “bordado pedagógico”, para demonstrar sua versatilidade e desafios em sua atuação.

Eu acredito que a OE é um pilar essencial no andamento das atividades escolares. Tem sido meu auxílio, meu parceiro indispensável na minha jornada. Quando percebo algo de errado com meu aluno, seja referente à sua vida escolar, emocional ou até mesmo física, não hesito em comunicá-la (PP1).

De fato, como afirma a entrevistada, a OE é o apoio fundamental dos professores, sua válvula de escape quando há intercorrências em suas aulas. É na Orientação Educacional que eles encontram a parceria ideal para compreender as necessidades e anseios dos alunos. Martins (1984) diz que a OE ganha protagonismo no ambiente escolar, pois não atua apenas como agente burocrata, mas como agente de transformação.

Aqui na Orientação Educacional, fazemos malabarismo pra atender as necessidades e peculiaridades dos estudantes, fico assoberbada, estressada, angustiada e muito cansada, mas gosto da sensação de saber que ajudei esses meninos, que de alguma forma pude mediar os conflitos externos e internos também, porque o que está matando eles é o que vem de dentro (OEN).

São inúmeras as situações escolares conflituosas que compõem o repositório de inquietações da OE, a considerar que sua atividade se fundamenta no aluno real e este, por sua vez, inserido no meio social, ganha características de suas inter-relações, projetando na Orientação Educacional práticas sociopedagógicas, além dos muros da escola, o que tem tornado seu campo cada vez mais complexo. David (2017) e Santos (2023) reiteram esse pensamento, colocando a figura da OE como uma agente de transformação no meio social e escolar, a fim de imprimir uma visão mais autêntica dos sujeitos desse processo.

Nessa perspectiva, Gomes (2020) apresenta um compilado de experiências narradas pela Orientação Educacional, situações de sobrecarga, conflitos, desafios e ações semelhantes ao observado no campo da pesquisa. Nesse sentido, denota-se o acréscimo exponencial da demanda dos serviços da OE, a completar a intensificação de situações proveniente das relações humanas e a crescente vulnerabilidade social, que acaba por intensificar o malabarismo

pedagógico efetivado pela OE.

Fernandes (2022) enfatiza a importância da prática da OE no cenário educacional e social e que, ao ser colocado na função de mediador, elo entre os sujeitos participantes desse processo, agente de possibilidades, precisa estar alinhado aos outros setores da intuição para que alcancem o mesmo objetivo. Desse modo, comparando à realidade pesquisada, nota-se que, ao mesmo tempo que a OE é protagonista como agente de formação e transformação, ela se vê em um papel secundário, pela sobrevivência em meio ao caos da quantidade de atribuições pertinentes à sua função, para facilitar e melhorar as vivências no ambiente escolar.

Em síntese, acredita-se que é preciso um olhar mais atento e de reconhecimento desses profissionais que atuam em diversas frentes constantemente em ação, tornando-se indispensável nas escolas (Grinspun, 2012).

Nesse viés, é possível compreender, por meio da realidade pesquisada, que a OE não está empenhada apenas em solucionar problemas de desajustes dos alunos ou seus conflitos familiares, mas em se comprometer com a educação, buscar equidade no espaço educacional, pois, tem o desenvolvimento integral do aluno como eixo principal de seu trabalho, que acaba expandindo-se a outros territórios, que conseqüentemente atribuem à sua prática mais tarefas, causando-lhe uma sobrecarga, como já descrito pelas autoras Giacaglia; Penteadó (2021) e representado na fala transcrita da orientadora entrevistada a seguir:

Meu maior desafio é convencer aos professores e demais funcionários da escola, que nós não somos os únicos responsáveis em manter o aluno produtivamente na escola, que não precisam trazê-los por coisas simples até nossa sala, ele é de responsabilidade da escola, então todos precisam estar ligados às necessidades deles, porque estão nos esgotando com tantas atribuições (OEV).

Compreendemos a fala da entrevistada como um pedido de socorro, pois, como observado no campo da investigação, é evidente que a escola direciona tudo o que envolve o aluno para a Orientação Educacional, mesmo situações que podem ser resolvidas em outros setores como coordenação pedagógica ou secretaria escolar. Enfim, percebe-se que parte dessa sobrecarga também é por falta de clareza à comunidade escolar, sobre a real função da OE. O que nos remete mais uma vez ao seu conceito histórico, legal e identitário, afirmado por Carvalho (1989), que diz que qualquer profissão é determinada, a partir da compreensão que poderá ser captada de seu significado específico, ou caracterizará um processo de reconhecimento e crise.

2.5.4 Categoria 4 – princípios da OE e a cultura militar: entre dilemas e parceria

Por fim, nesta quarta perspectiva, abordamos os princípios da Orientação Educacional e a integração com a cultura militar. Nesse ponto, ressalta-se que o modelo de gestão compartilhada entre civis e militares nas escolas públicas brasileiras foi instituído em 2019 pelo Decreto n.º 10.004, de 5 de setembro, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação por meio de um programa que propõe uma gestão de excelência nas áreas didático-pedagógica, educacional e administrativa nas escolas de ensino fundamental e médio (PECIM) (Brasil, 2009).

Esse projeto aborda, segundo as Diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Brasil, 2021), uma iniciativa crucial para enfrentar as desigualdades de oportunidades, reduzir a violência e promover a formação humana e cívica. Esse cenário apresenta inúmeras complexidades que desencadeiam uma série de questões e debates divergentes ao refletir uma prática conjunta entre civis e militares, dividindo opiniões entre críticos e defensores.

Santos (2023) diz que esse formato é pautado em uma educação de resultados, racionalidade e performativa, o que contraria os princípios da Orientação Educacional, que está pautada em uma educação mais humanística, que valoriza, além dos aspectos pessoais do aluno, os aspectos políticos, sociais e culturais (Grinspun, 2012). Já na análise de Sena (2021), ele destaca, entre seus principais achados da sua investigação, a resolução dos problemas provenientes da violência e indisciplina nas escolas com essa configuração.

É perceptível o contraste das apreciações entre pesquisadores que discutiram acerca desse modelo institucional, porém o viés do presente estudo é mais específico, trazendo uma análise da prática de um dos componentes desse modelo de gestão compartilhada, que é a Orientação Educacional.

A esse intuito relaciona-se, na presente pesquisa, a função da Orientação Educacional, mencionada no parágrafo único do Decreto n.º 1142-P, de 16 de maio de 2022 (Roraima, 2022), o qual institui o regimento das escolas como aquelas que atuam em colaboração estreita com o Corpo de Alunos. Essa relação se identifica, pois ambos são responsáveis por assegurar a disciplina e acompanhar o progresso dos alunos.

Por conseguinte, deve-se destacar que essa categoria em análise segue como base principal de discussão os dados coletados durante a investigação, pois se constatou a ausência de estudos diretamente relacionado à prática da OE no contexto das escolas militarizadas, após buscas realizadas nas principais plataformas de pesquisas científicas, como Capes, SciELO e

Google Acadêmico. Desse modo, as discussões seguintes refletirão a realidade do campo pesquisado.

Outrossim, a referente categoria traz uma análise interessante sobre a fusão de dois sistemas de valores e práticas distintas, que moldam as experiências dos alunos. De um lado, uma perspectiva na disciplina e hierarquia, do outro, o foco no desenvolvimento integral. A interseção entre ambas, de fato, em alguns momentos gerou conflitos e diversas questões sobre princípios, adaptações, impactos e a distinção entre seus respectivos papéis no contexto escolar. Como descrita na fala da entrevistada a seguir:

No início da militarização da escola, foi um dilema, os militares achavam que estavam lidando com delinquentes na rua, ou no quartel, queriam impor o mesmo sistema de rigidez e penalidade, confesso que tivemos muitos embates, porque eles vieram para arrumar uma coisa, mas bagunçaram outras (risos). Diminuíram a indisciplina e violência na escola, mas era um caos de alunos com crises de ansiedade devido ao sistema deles (OEV).

Mediante as falas, percebe-se que o cenário da implantação desse sistema no início causou divergências entre os princípios da OE e a cultura militar, pois, enquanto “um” prezava pela permanência dos alunos na escola, o “outro” com sua rigidez os afligia. O que nos remete a práticas educacionais tradicionais, que engessaram o fluir democrático dentro dos espaços escolares. Observa-se a fala transcrita do militar entrevistado:

Nosso papel era diminuir a violência e indisciplina que a escola perdeu o domínio, fomos treinados para isso, porém nunca tínhamos trabalhado no sistema educacional. No início viemos como agentes de segurança e disciplinador, com o tempo fomos nos adaptando (MCA1).

O que torna a discussão curiosa é o termo usado pelos entrevistados “no início”, tanto na fala da orientadora quanto do militar transcritas acima, o que denota que em algum momento nessa linha tênue houve uma convergência de suas atuações. Percebeu-se no campo da pesquisa que ainda existem alguns embates, porém, em meio aos desajustes, conseguem se ajustar de acordo com a realidade dos alunos por meio do diálogo entre a OE e o CA. Segue a fala transcrita da orientadora entrevistada:

Antes eles mandavam os alunos voltarem pra casa porque não estavam com o cabelo cortado de acordo com o modelo padrão das escolas militarizadas. O que acarretava num número grande de faltas nas aulas. Hoje eles anotam o aluno [termo referente a advertência], e enviam para nossa sala para analisarmos a vida escolar do mesmo aluno. Procuramos agir em parceria, sem tirar autonomia um do outro (OEM).

Foi perceptível, durante o tempo de observação participante e em comparação às respostas nas entrevistas, que a atuação conjunta entre OE e ações dos militares visa criar um

ambiente escolar mais organizado e estruturado, onde os alunos recebem o apoio necessário tanto no âmbito disciplinar quanto no desenvolvimento de suas habilidades acadêmicas e pessoais. Nesse cenário, inclusive, a OE atua como mediadora entre os diferentes atores, incluindo a equipe pedagógica, militares, alunos, pais e a comunidade em geral.

O aluno indisciplinado é encaminhado para o CA, o militar toma suas medidas cabíveis de acordo com o regimento escolar, em seguida é encaminhado para nossa sala da OE, aqui fazemos um acolhimento diferenciado, vamos descobrir quais foram os motivos emocionais que estão fazendo ele se desestabilizar. Depois fazemos relatório e anexamos juntamente com o dos militares para comunicarmos aos pais do aluno. Daí quando o pai comparece, fazemos o atendimento juntos, eles repassam a parte disciplinar e nós a vida escolar do aluno, aproveitamos e investigamos suas relações no ambiente familiar (OEN).

De fato, há um processo dinâmico em constante construção nesse sistema educacional compartilhado cívico-militar, no qual desenvolver práticas corporativas eram mais viáveis e prioritárias que atender às necessidades dos alunos, sem causar exclusão e atritos entre os envolvidos nesse processo. Claro que ainda é um contexto complexo, peculiar e que cabe profundas reflexões, porém, ao que se observou, existiu parceria e diálogo entre a OE e o CA, o que nos chamou atenção, por haver em estudos de quadros desta natureza a expectativa de um ambiente mais hostil e inflexível.

O trabalho da Orientação Educacional não anula o trabalho do Militar ou vice-versa, os dois são importantes pra manter um ambiente organizado, disciplinar e acolhedor. E outra, tanto nós professores, quanto a própria OE trabalha com muito mais segurança (PP1).

A fala transcrita acima reflete de fato que os professores e a OE se sentem em um ambiente mais seguro e organizado, que a parceria entre eles somou em suas respectivas práticas, pois, como foram analisadas na categoria anterior, a Orientação Educacional enfrenta muitos desafios quanto à quantidade excessiva de demandas. Em parte, pode-se dividir com os militares suas demandas, como verifica-se no trecho abaixo:

Os professores por qualquer coisa mandavam os alunos para nossa sala, o menino demorava voltar do recreio já eram conduzidos para a OE, o que formava uma grande fila na frente de nossa sala. Esses pequenos casos de indisciplina e ordem, os militares resolvem, daí sobra tempo para atendermos demandas que exigem mais de nossas técnicas (OEM).

Conforme observado no contexto investigado, é notório como os militares e a OE atuam sem hierarquia entre eles, o que acaba por aumentar o suporte aos professores de sala de aula, que já sabem a quem solicitar, dependendo do ocorrido. Se for referente à disciplina do aluno,

levam ao CA, se for por motivos de faltas, rendimento escolar ou assuntos pertinentes à vida social do discente, encaminha para OE.

Temos ciência da importância da prática da OE dentro da escola, é nossa parceira de trabalho, atuamos juntos. Confesso que temos trocado muitas experiências e que temos aprendido muito uns com os outros através da nossa atuação conjunta (MCA2).

É evidente que há respostas contrárias em relação a essa atuação, porém representou apenas 9%. Esse dado foi obtido por meio da frequência dos temas na construção das categorias. As contraposições trazem um contraste a pesquisa, mas já foi evidenciado em outras pesquisas que essa atuação traz seus méritos e deméritos. Por sua vez, Santos (2023) afirma que o modelo educacional militarizado não promove os princípios do exercício democrático e da cidadania, além de observar uma incompatibilidade entre a participação social e a disciplina militar. Por outra ótica, Sena (2021) concluiu, em uma de suas análises, que houve um aumento na credibilidade dessas escolas, o qual foi evidenciado pelo desempenho em exames externos. Ou seja, como já afirmado na transcrição da fala do entrevistado, um trabalho não anula o outro, cabendo uma reflexão aprofundada sobre essa prática conjunta.

Em vista disso, faz-se necessária a combinação dos princípios do acolhimento, da escuta, da abordagem abrangente e das interconexões sociais abordadas na Orientação Educação de forma conjunta com a organização militar. Isso porque, por meio desses princípios, a OE atua como intermediária nas relações escolares, facilitando diálogos construtivos entre alunos, professores, famílias e a comunidade, maximizando os resultados do processo educativo e promovendo a cidadania.

De acordo com essas informações, conclui-se que a Orientação Educacional não é menos importante para as escolas cívico-militares em razão da administração e organização típicas da disciplina militar. Além disso, a gestão das escolas públicas cívico-militares é compartilhada com o objetivo de aumentar a qualidade da educação e garantir o trabalho dos profissionais nas áreas de excelência apropriadas, ou seja, domínios didático-pedagógicos, educacionais e administrativos, setores em que a combinação de experiência e habilidades traz benefícios significativos a ambos.

Por essa razão, consoante aos resultados obtidos nas entrevistas e observação participante, a atuação da OE na conjuntura com os militares não deve ser desacreditada. Ao contrário, a administração militar deve se somar à OE, com base nos princípios inclusivos, críticos e socializadores dessa, para promover um ambiente equilibrado e saudável para o desenvolvimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar uma pesquisa científica, o pesquisador veste-se de expectativas e entusiasmo ao percorrer a jornada de investigação, pois, ao mesmo tempo que se pode ter uma estimativa do caminho, de modo igual, pode-se ser surpreendido com as inúmeras possibilidades do “destrinchar” dos novos saberes intrínsecos nesse processo, se estiver disposto a enxergar além das rotas que foram previamente traçadas no momento inicial.

O estudo aqui concluído apresentou como principal objetivo uma análise da prática da Orientação Educacional em um contexto social e pedagógico de uma escola estadual militarizada em Boa Vista-RR — uma tarefa desafiadora, considerando a reduzida literatura para sustentar a base teórica da pesquisa, assim como a complexidade em inserir-se em um contexto de características peculiares de uma junção entre dois sistemas institucionais distintos.

Por esse motivo, a escolha de uma pesquisa do tipo participante foi tão crucial no desenrolar desta investigação, oferecendo-nos subsídios para refletir, esclarecer e responder à questão da pesquisa, envolvendo-nos em cada detalhe, colocando-nos não só no papel de investigador, mas como parte da pesquisa. Isso facilitou uma compreensão mais ampla da prática da OE em seus contextos analisados.

O estudo exigiu um aprofundamento nas raízes bibliográficas do objeto estudado, o que nos trouxe importantes esclarecimentos, quanto à gênese da Orientação Educacional, que surgiu da necessidade de auxiliar o indivíduo a fazer escolhas profissionais que atendessem ao mercado de trabalho na era industrial, com a nomenclatura de Orientação Vocacional (OV). Por conseguinte, essa área foi se moldando de acordo com as novas demandas da sociedade.

Em suas significativas evoluções, a OE expandiu seu foco para além da perspectiva profissional e cognitiva, passando a ter aspectos mais humanísticos, a considerar os aspectos emocional, social e cultural, em uma abordagem ampla e integral do indivíduo. Foi constatado no período da investigação que, de fato, a prática da OE está inclinada às necessidades individuais dos discentes.

Desse modo, o escopo da pesquisa se desenhou mediante os achados e informações coletadas no seu desenrolar, captando a princípio seu papel no contexto escolar e social, porém intentava-se compreender esse mesmo propósito em uma configuração mais complexa, qual seja, em uma escola de gestão cívico-militar, em que sua administração é dirigida por dois gestores, um pedagógico e outro militar – a considerar que uma escola é militarizada por apresentar um quadro de violência, indisciplina e vulnerabilidade, que desnuda fragilidades da

área educacional em vários âmbitos, dessa maneira passando ser gerida por policiais militares e civis, como “retomada da ordem”.

A princípio, esse era o maior desafio da pesquisadora, compreender essa prática conjunta, considerando seus desafios, em contraposição às suas respectivas abordagens. Portanto, exigiu uma ótica mais minuciosa a respeito dos dados coletados. Dessa maneira, a técnica de análise utilizada na pesquisa por meio de categorias possibilitou a conclusão e respostas à questão da investigação.

Ao que se refere à prática da Orientação Educacional, os resultados indicaram que esta exerce um papel influente na vida dos alunos, sendo a ponte entre a escola, família, professores, alunos e os demais envolvidos no contexto pedagógico e social. Desse modo, ela assume características terapêuticas, sendo a escuta que o aluno necessita para ajudá-lo a ajustar-se na perspectiva acadêmica, emocional e sociocultural, o que já havia sido corroborado em estudos anteriores. Em síntese, as três primeiras categorias — Relação dialógica e acolhedora da OE, Orientação Educacional na interconexão social e Orientação Educacional e gestão escolar — possibilitaram esclarecimentos quanto à compreensão de sua prática.

A quarta categoria, “Princípios da OE e a cultura militar: entre dilemas e parceria”, foi a mais desafiadora para análise e discussão, pois não possuía pesquisas suficientes como base nessa vertente que abordou um ambiente tão específico e próprio, ainda não explorado. Porém, despertou-nos um olhar diferenciado a essa conjuntura, que une disciplina, hierarquia e ordem ao acolhimento, escuta de qualidade, interseção e individualidade dos alunos. Por consequência, uma adaptação entre os valores, princípios e cultura de ambos, em, supostamente, um único propósito de atender às necessidades do aluno.

A análise da última categoria traz afirmações inusitadas, a considerar o resultado das últimas pesquisas que tecem críticas a respeito dessa configuração cívico-militar. Porém, referente a essa conjuntura entre OE e militares, os resultados indicam que sua prática, após o período de adaptação desse modelo, fluiu bem melhor aos olhos dos educadores e familiares envolvidos, por diminuir ou suavizar muitas de suas demandas na relação com os alunos – o que instaura um outro debate referente à abrangência do trabalho do educador e suas fragilidades de formação, o que é assunto para outras pesquisas.

É comum que, em um cenário como esse de inúmeras complexidades, exista, sim, conflitos de ideais. Porém estes têm-se resolvido por meio do diálogo e ajustes dentro da gestão escolar, como foram observados no campo da pesquisa e de acordo com as respostas dos entrevistados.

Por fim, acreditamos que esta pesquisa foi estratégica para refletir a prática da Orientação Educacional, seu papel, sua atuação, seus limites, amplificando a voz desse profissional que por vezes se sente sobrecarregado e desvalorizado. Ela pode abrir portas para novos estudos, pois essa prática conjunta da OE e os militares representa um campo fértil a ser explorado, assim como pode contribuir para implementação de políticas públicas mais específicas voltadas a essa controversa realidade educacional.

Em síntese, é necessário que a Orientação Educacional seja contemplada como um processo constante de construção, reflexão e reconstrução, moldando-se às mudanças sociais e individualidades do aluno, mantendo sua essência em ajudar a desenvolver o discente de forma integral.

REFERÊNCIAS

- ARIEL, A. Vila Jardim completa três anos: Falta de políticas públicas é reclamação. **Folha BV**, [s. l.], 3 dez. 2019. Disponível em: <https://www.folhabv.com.br/cotidiano/vila-jardim-completa-tres-anos-falta-de-politicas-publicas-e-reclamacao/>. Acesso em: 27 ago. 2024.
- BARBOSA, C. C.; LIMA, N. S.; LIMA, E. B. As contribuições da Orientação Educacional ao processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Informações Científicas**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 76-81, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BICUDO, M. A. V. **Fundamentos de Orientação Educacional**. São Paulo: Saraiva, 1978.
- BRANDÃO, C. R. **Pesquisa Participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Orientação Educacional. Marco na história legal dessa função. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 121º da Independência e 54º da República, p. 5798, Seção 1, 10 abr. 1942.
- BRASIL. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 121º da Independência e 54º da República, Seção 1, p. 1997, 9 fev. 1942.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM)**. Brasília, 2019a. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/militarizacao-das-escolas>. Acesso em: 30 abr. 2023.
- BRASIL. **Projeto de Lei Nº 4.938, de 2019**. Acrescenta o art. 24-A à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para disciplinar a gestão cívico-militar nas escolas públicas de educação básica, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, 2019b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=D225E4638B78A187D74064761D49B93A.proposicoesWebExterno2?codteor=1810818&file name=Avulso+PL+4938/2019#:~:text=Esta%20Lei%20acrescenta%20o%20art,escolas%20p%C3%BAblicas%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.&text=exclusivamente%20civil%2C%20podendo%20assumir%20gest%C3%A3o,daquelas%20de%20gest%C3%A3o%20exclusivamente%20militar. Acesso em: 2 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares**. Brasília: MEC, 2021.
- CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, out. 2004.
- CARVALHO, M. M. C. de. **A escola e a República e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1989.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2022 NOTAS ESTATÍSTICAS. Brasília: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CRESWEL, J. W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAVID, R. S. O Orientador Educacional e a escola: a criação de espaços de participação social e exercício da cidadania. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 18, p. 104-117, dez. 2017.

FERNANDES, M. D. T. **A visão do Orientador Educacional acerca do papel social da escola**. 2022. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/30298/1/Marina%20Daipr%20Targa%20Fernandes.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GABARRÓN, L. R.; LANDA, L. H. **Investigación participativa**. Cadernos Metodológicos 10. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1994.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional da Prática: princípios, técnicas, instrumentos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional na prática: Princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**. 6. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, E. S. **Estigma e construção social de alunos-problemas: dilemas e perspectivas da Orientação Educacional**. 2020. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2020/tEdson%20Soares%20Gomes.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

GOVERNO federal lança Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. **Gov.br**, [s. l.], 5 set. 2019. Fonte: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2019/setembro/governo-federal-lanca-programa-nacional-das-escolas-civico-militares>. Acesso em: 27 ago. 2024.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **A orientação educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. São Paulo: Cortez, 1987.

GRINSPUN, M. P. S. Z. **Orientação educacional: concepções e práticas**. São Paulo: Cortez, 1994.

- GRINSPUN, M. P. S. Z. **Orientação educacional na prática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- GRINSPUN, M. P. S. Z. **A Orientação Educacional**: conflito de paradigmas e alternativas para a escola. São Paulo: Cortez, 2002.
- GRINSPUN, M. P. S. Z. **A prática dos orientadores educacionais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GRINSPUN, M. P. S. Z. **Autonomia e ética na escola**: o novo mapa da educação. São Paulo: Cortez, 2014.
- GUIMARÃES, V. S. **Violência nas escolas**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006.
- LICEU de Artes e Ofícios de São Paulo. **Wikipédia**, [s. l.], 16 abr. 2024. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Liceu_de_Artes_e_Of%C3%ADcios_de_S%C3%A3o_Paulo#Hist%C3%B3ria. Acesso em: 27 ago. 2024.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Heccus, 2008.
- LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2006.
- LUCIO, A. M. **Entre a “panaceia”, a “ponte” e a formação**: a orientação educacional na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) nas décadas de 1950 e 1960. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.
- LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. Petrópolis: Vozes, 2006.
- LÜCK, H. **Ação Integrada**: Administração, supervisão e orientação educacional. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- LUCKESI, C. C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1991.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARTINS, J. do P. **Princípios e métodos da Orientação Educacional**. 2. ed. São Paulo, Atlas, 1984.
- MELO, S. M. M. de. **Orientação Educacional**: do consenso ao conflito. Campinas, SP: Papirus, 1994. (Coleção magistério, formação e trabalho pedagógico).
- MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 83-107.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2014.

MIRANDA, E. M. C. **Currículo das escolas militarizadas no Distrito Federal**. 2021. 178 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41853>. Acesso em: 30 abr. 2023.

NOMA, A. K. **Repensando a Orientação Educacional**. 1989. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1989.

O'BRIEN, K. M. The legacy of Parsons: Career counselors and vocational psychologists as agents of social change. **The Career Development Quarterly**, [s. l.], v. 50, n. 1, p. 66-76, 2001.

PASCOAL, M.; HONORATO, E. C.; ALBUQUERQUE, F. A. Orientador educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 101-120, jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/06.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2016.

PASCOAL, M. A Orientação Educacional no Brasil: uma discussão crítica. **Poiésis pedagógica Revista do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás**, [s. l.], v. 3, n. 3, e. 4, 2006.

PARSONS, F. **Choosing a vocation**. Boston: Houghton Mifflin, 2005. (Original publicado em 1909).

PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional: fundamentos legais**. São Paulo: Edicon, 1980.

PEREIRA, M. L. S. **Limite de atuação na implementação da política de gestão compartilhada nas escolas de Brasília: Os casos do Colégio Cívico-Militar CED 07 da Ceilândia e do CED Gisno da Asa Norte**. 2021. Monografia (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PIMENTA, S. G. **O pedagogo na escola pública**. São Paulo: Cortez, 1988.

PLACCO, V. M. N. S. **Orientação educacional: construção de novos espaços**. São Paulo: Loyola, 1994.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 56, DE 2023. Câmara dos Deputados, 2023. Fonte: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2325285&filenome=Avulso%20PDL%2056/2023. Acesso em: 27 ago. 2024.

RAMALHO, Y. Governo de Roraima mantém ensino militar em escolas que não integram programa encerrado pelo Ministério da Educação. **G1**, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/07/13/governo-de-roraima-mantem-ensino-militar-em-escolas-que-nao-integram-programa-encerrado-pelo-ministerio-da-educacao.ghtml>. Acesso em 2 set. 2024.

RIBEIRO, M. A.; UVALDO, M. da C. C. Frank Parsons: Trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 19-31, 2007. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n1/v8n1a03.pdf>.

Acesso em: 27 ago. 2024.

SANTOS, M. T. dos. **“Isso é presídio, moço!”**: o que pensam os(as) estudantes sobre as escolas militarizadas do DF. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12918519#. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, T. do S. S. dos. **Militarização da Escola Pública**: a gestão escolar compartilhada/cívico-militar em escolas estaduais do Amapá (2017-2022). 2023. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

SAVIANI, D. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1996.

SCHMIDT, M. J.; PEREIRA, M. de L. de S. **Orientação educacional**. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

SENA, H. C. de O. **Escolas Militarizadas no Maranhão**: Um Estudo sobre a Parceria entre Corporações Militares e Redes Públicas de Ensino. 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/9733/H%c3%a9lio%20Cleidilson%20de%20Oliveira%20Sena_.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 30 abr. 2023.

SOUSA, J. R. **Protagonismo estudantil em feiras de ciências no semiárido potiguar**: da Educação Básica ao Ensino Superior. 209. 133f. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, 2019.

XIMENES, S. B.; STUCHI, C. G.; MOREIRA, M. A. M. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 35, n. 3, p. 612-632, maio 2019.

ANEXO A

CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE



CARTA DE ANUÊNCIA PARA AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Ao Cel. João Batista de Lima Amador

Eu, Gilvane da S. Milhomem Santos, venho pelo presente, solicitar autorização para realizar a pesquisa intitulada “**Orientação Educacional no contexto social e pedagógico de uma Escola Estadual Militarizada de Boa Vista/ RR**” a ser realizada no Colégio Estadual Militarizado Irmã Maria Teresa Paródi sob minha responsabilidade.

Assumo a responsabilidade de fazer cumprir os termos da Resolução nº 466/CNS/MS, de 12 de dezembro de 2012, e demais resoluções complementares à mesma, viabilizando a produção de dados da pesquisa citada, para que se cumpram os objetivos do projeto apresentado.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, a coleta de dados deste projeto será iniciada, atendendo todas as solicitações administrativas desta direção.

Contando com a autorização desta instituição, colocamo-nos a disposição para qualquer esclarecimento.

Pesquisador principal: Gilvane da S. Milhomem Santos, (95) 9126-4632, gilvane.mestrado@gmail.com.

Pesquisador assistente: Dr. Pedro Augusto Hercks Menin, (95) 99129-3738, Pedro.menin@ufrr.br.

Assinatura do pesquisador (a) responsável

() Concordamos com a solicitação () Não concordamos com a solicitação

Assinatura do gestor da instituição onde será realizada a pesquisa

Boa Vista/___/___/_____.

ANEXO B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar de uma pesquisa sobre **“Orientação Educacional no contexto social e pedagógico de uma Escola Estadual Militarizada de Boa Vista/ RR”**, sob a responsabilidade dos pesquisadores: Gilvane da S. Milhomem Santos (estudante de mestrado do PPGEDUC/UFRR) e o professor Dr. Pedro Augusto Hercks Menin (orientador de dissertação). Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você pode desistir de participar sem nenhum prejuízo para você ou para os pesquisadores.

O objetivo dessa pesquisa é analisar a prática da Orientação Educacional e suas especificidades no contexto social e pedagógico de uma escola estadual militarizada em Boa Vista. A entrevista será semiestruturada com respostas abertas a atender os objetivos propostos no seguinte estudo. A sua participação consiste em responder as perguntas presencialmente mediante a pesquisadora, da qual fará anotações e uma gravação de voz para transcrição posterior.

Esta pesquisa é muito importante, porém como toda pesquisa pode apresentar riscos, será provável que a comunidade escolar se incomode com a presença da pesquisadora entrevistando algumas pessoas. Caso você se sinta invadido (a) na sua privacidade, constrangido (a) mediante determinadas perguntas ou impelido (a) a não responder, está assegurado o seu direito de interromper a sua participação em qualquer etapa do processo sem acarretar prejuízos nem para você, nem para os pesquisadores.

Os benefícios da pesquisa pautam na produção de conhecimentos capazes de problematizar as práticas sociais e pedagógicas da Orientação Educacional. Serão informados aos participantes sobre a importância das entrevistas assim como os resultados dessa pesquisa para a construção de políticas públicas e também tencionar novas discussões no âmbito educacional tão necessárias ao Estado de Roraima.

Você receberá uma via deste termo com o telefone e o endereço institucional da pesquisadora principal e do CEP e poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação. Vocês poderão entrar em contato conosco, sempre que achar necessário, através dos telefones dos pesquisadores responsáveis: Gilvane da S. Milhomem Santos (95 91264632) e do professor Dr. Pedro Augusto Hercks Menin (95991293738) caso tenha alguma dúvida.

Boa Vista, ____ 2024.

Pesquisadora Gilvane da Silva Milhomem Santos (estudante de Mestrado - PPGEDUC/UFRR)

Eu, _____ (nome por extenso do participante da pesquisa), declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Endereço dos pesquisadores: Universidade Federal de Roraima (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Fronteiras – PPGEDUC/UFRR).

Av. Cap. Ene Garcez, 2413, Centro de Ciências Humanas, sala 53 – Aeroporto (Campus Paricarana) CEP: 69.310-000 - Boa Vista – RR E-mail: ppgeduc@ufr.br

Endereço do CEP/UFRR: Av. Cap. Ene Garcez, 2413- Aeroporto (Campus do Paricarana) CEP: 69.310-00- Boa Vista/RR- Bloco 7, sala 737, segundo andar (entrada principal, sobe para o segundo andar, vira à direita , última sala do corredor, à direita) E-mail coep@ufr.br.

ANEXO C

FICHA DE ATENDIMENTO DE ALUNO – ESCOLA



ESTADO DE RORAIMA

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTOS - SEED
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - DEB
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL ESCOLAR – DIPSE

FICHA DE ATENDIMENTO DE ALUNO – ESCOLA

UNIDADE DE ENSINO:		Município:	
Responsável pelas informações: () Gestor () Coordenador () Orientador () C.A.			
Nome:		Contato:	
ALUNO (a):			
Série:	Turma:	Turno:	PCD? () SIM () NÃO QUAL?
Idade:	Data de nascimento:	/ /	Sexo: Gênero:
Naturalidade:	Nacionalidade:		
Cor/Raça: () branco () pardo () preto () Indígena			
Pais separados: () Sim () Não O(a) aluno(a) mora com quem?			
Filiação:			
Responsável:			
Contatos telefônicos:			
Endereço completo:			
Quantas pessoas moram na casa?	Quantos quartos?	Casa própria () Alugada () Cedida ()	
Quantos trabalham?	Renda total da família: +/- R\$		
Programas sociais?			
Doença com Diagnóstico? () Sim () Não	Qual?	Tem laudo?	
Toma remédio controlado? () Sim () Não Qual?			
Fez alguma cirurgia? () Sim () Não Qual?			

Demandas Identificadas:

() Problemas Familiares;	() Ato Infracional;	() Gravidez na Adolescência;
() Violência Doméstica;	() Ato Indisciplinar;	() Exploração Sexual;
() Problemas Emocionais;	() Maus - Tratos;	() Assédio Sexual;
() Bullying;	() Drogas Lícitas	() Abuso Sexual;
() Autolesão;	() Drogas Ilícitas;	() Assédio Moral;
() Ideação suicida;	() Faltas Injustificadas/FICAI;	() Dif. de Aprendizagem.
() Tentativa de Suicídio;	() Apatia;	() Outros: _____
Rendimento Escolar:	() Isolamento social;	
() bom () regular () ruim		

Relato:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Av. Silvio Botelho | S/Nº | Centro (Antiga Esc. Princesa Isabel)

E-mail: dipse.seed.rr@gmail.com

Boa Vista | Roraima | Brasil | CEP 69301-130

ANEXO D

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO À DIPSE



Governo do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"
 SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA - DEB
 DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO PSICOSSOCIAL ESCOLAR – DIPSE

FICHA DE ENCAMINHAMENTO DE ALUNO À DIPSE

UNIDADE DE ENSINO:		Município:	
Responsável pelas informações: () Gestor () Coordenador () Orientador () C.A.			
Nome:		Contato:	
ALUNO (a):			
Série:	Turma:	Turno:	PCD? () SIM () NÃO QUAL?
Idade:	Data de nascimento:	/ /	Sexo: Gênero:
Naturalidade: Nacionalidade:			
Cor/Raça: () branco () pardo () preto () Indígena			
Pais separados: () Sim () Não O(a) aluno(a) mora com quem?			
Filiação:			
Responsável:			
Contatos telefônicos:			
Endereço completo:			
Ponto de Referência:			
Quantas pessoas moram na casa?	Quantos quartos?	Casa própria () Alugada () Cedida ()	
Quantos trabalham?	Renda total da família: +/- R\$		
Programas sociais?	Religião? Qual?		
Doença com diagnóstico? () Sim () Não	Qual?	Tem laudo?	
Toma remédio controlado? () Sim () Não	Qual?		
Fez alguma cirurgia? () Sim () Não	Qual?	Já foi ao psicólogo?	

Demandas Identificadas:

() Problemas Familiares;	() Ato Infracional;	() Gravidez na Adolescência;
() Violência Doméstica;	() Ato Indisciplinar;	() Exploração Sexual;
() Problemas Emocionais;	() Maus – Tratos/Omissão;	() Assédio Sexual;
() Bullying;	() Drogas Lícitas	() Abuso Sexual;
() Autolesão;	() Drogas Ilícitas;	() Assédio Moral;
() Ideação suicida;	() Faltas Injustificadas/FICAI;	() Dif. de Aprendizagem;
() Tentativa de Suicídio;	() Apatia/Ansiedade;	() Desinteresse;
Rendimento Escolar:	() Isolamento social;	() Dificuldade de concentração;
() bom () regular () ruim	() Atenção dispersa;	() Outros:

1-Situação (relatar todas as falas e observações sobre o aluno (a) e de seu responsável)

Professor (a) orientador (a) (Legível)

Ciência da Gestão

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO

Av. Silvio Botelho | S/Nº | Centro (Antiga Esc. Princesa Isabel)

E-mail: dipse.seed.rr@gmail.com

Boa Vista | Roraima | Brasil | CEP 69301-130

Recebido:

Boa Vista-RR,/ /

Av. Enne Garcez, nº 1696 – São Francisco, CEP 69305-130
Tel: (095) 3621-3801 - Boa Vista – Roraima - E-mail: deb_secld@hotmail.com.br

ANEXO G

ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA
GESTÃO/COORDENAÇÃO/ORIENTAÇÃO

Governo do Estado de Roraima

"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

ENCAMINHAMENTO DE ALUNO PARA
GESTÃO/COORDENAÇÃO/ORIENTAÇÃO

PROFESSOR (A):			
COMPONENTE CURRICULAR:			
ATRAVÉS DESTA, INFORMAMOS QUE O ALUNO (A):			
SÉRIE:	TURMA:	TURNO:	DATA: / /2024

ESTÁ APRESENTANDO AS SEGUINTE DIFICULDADES EM SALA DE AULA:

- () Chega sempre atrasado no início das aulas
- () Chega atrasado após o recreio
- () Conversas paralelas diariamente na hora da aula
- () Gazetando aula
- () Entra e sai da sala sem permissão
- () Se dirigiu ao professor(a) com palavras ofensivas
- () Se dirigiu aos colegas com palavras ofensivas
- () Agressividade física () verbal ()
- () Não respeita as regras da sala de aula
- () Fica andando pela sala na hora da aula
- () Vem apresentando constante infrequência (Nº Faltas _____)
- () Se envolveu em conflitos na sala atrapalhando o bom andamento da aula
- () Usa aparelhos eletrônicos (jogos, celular) sem o consentimento do professor
- () Usa o boné na sala de aula
- () Vestuário inadequado na sala de aula
- () Descontrole emocional choro () raiva ()
- () Não realiza as atividades propostas pelo professor
- () Dificuldade de aprendizagem

Outros: _____

Medidas adotadas pelo professor para solucionar o problema:

Observação: A primeira providência administrativa por parte da escola será advertência **ORAL** (Diálogo); a segunda **ESCRITA (documento assinado pelos pais ou responsáveis com Termo de responsabilidade)**; terceira advertência conforme o previsto em **REGIMENTO ESCOLAR** e ECA, Art. 129, V., Art 138 CP etc.

APÊNDICE A
ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS DA
ESCOLA ESTADUAL MILITARIZADA PESQUISADA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
 REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE



Roteiro da entrevista com os Orientadores Educacionais da Escola Estadual Militarizada pesquisada.

Parte 1:

Nome: _____ Idade _____

Grduação: _____

Pós-graduação _____

Parte 2:

- Há quanto tempo você atua na Orientação Educacional?
- Houve algum processo de seleção para ocupar o cargo de Orientador educacional?
- Possui formações específica para exercer a função?
- Descreva seus maiores desafios nessa função e como faz para resolvê-los.

Parte 3:

- Como são realizados os planos de ação da OE?
- Você consegue interagir de forma confortável com os demais professores das salas regulares?
- Como é estabelecido o contato entre a OE e a família dos discentes?
- Qual a dinâmica de atendimento aos alunos no período escolar?
- Como a OE estabelece uma relação de confiança com os alunos?

Parte 4:

- Como você me descreve sua autonomia na equipe gestora cívico militar?

- Vamos conversar sobre os efeitos e possibilidades na sua atuação em conjunto com a equipe militar?
- Existe hierarquia no atendimento dos alunos no que se refere a junção cívico-militar?
- Você já havia atuado na OE em uma escola não militarizada? Fale um pouco sobre isso? Existe uma diferença de práticas entre o trabalho do OE em uma escola não militarizada e uma militarizada?

APÊNDICE B
ENTREVISTA COM OS PROFESSORES SELECIONADOS DAS SALAS DE AULA
REGULAR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE



Nome: _____ Idade _____

Grduação: _____

Segmento de atuação: _____

1. Como você compreende a função da Orientação Educacional na escola?
2. Comente um pouco de como você é auxiliado pela OE em seu trabalho pedagógico?
3. Fale um pouco do que você percebe na atuação da Orientação Educacional em conjunto com os militares no contexto escolar? Existe parceria entre eles?
4. Quando existe algum conflito em sua sala, quem você aciona primeiramente, a OE ou o Corpo de Aluno (CA)?
5. No seu ponto de vista, há vantagens ou desvantagens na atuação conjunta da OE e do Corpo de Aluno? Fale um pouco sobre isso.

APÊNDICE C
ENTREVISTA COM OS MILITARES INTEGRANTES DO CORPO DE ALUNO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE



Nome: _____ Idade _____

Patente:

Formação: _____

1. Comente um pouco sobre sua atuação em parceria com a Orientação Educacional. Dividem as tarefas? Pode me relatar a dinâmica dessa conjuntura?
2. Como você descreve a atuação da Orientação Educacional dentro do ambiente escolar e fora dele? Qual a sua importância? Fale sobre isso.
3. Você tem formações dentro do campo educacional? Pode me relatar quais?
4. Existe alguma hierarquia entre o Corpo de Aluno e a OE no atendimento aos alunos? Se houver descreva?
5. O Corpo de Aluno planeja as ações e protocolos de atendimento aos alunos juntamente com a Orientação Educacional? Comente um pouco sobre esse processo.

APÊNDICE D
ENTREVISTA COM A DIRETORA DO DIPSE (DIVISÃO PSICOSSOCIAL DE
DESENVOLVIMENTO ESCOLAR)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE



Nome: _____

Formação: _____

1. Como foi instituído esse departamento e quais suas competências?
2. Quais os órgãos públicos parceiros desse departamento no auxílio a Orientação Educacional das escolas?
3. Quais as demandas mais desafiadoras relatadas pelos Orientadores Educacionais?
4. Como é realizado o monitoramento da Orientação Educacional das escolas em específico as escolas militarizadas?
5. Comente um pouco sobre a visão desse departamento em relação a parceria cívico militar nas escolas estaduais do estado?
6. Esse departamento oferece capacitação profissional aos militares para atuarem no contexto escolar?
7. Como é a atuação hoje da Orientação Educacional juntamente com os militares? Houve alterações em sua prática? Comente sobre.

APÊNDICE E

ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA-UFRR
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO-PPGE



Objetivo da Observação

- Compreender como é a atuação da orientação educacional em uma escola militarizada, observando as interações sociais, práticas pedagógicas e a atuação conjunta com os militares.

Locais de Observação

- Ambientes de atuação e convivência da OE, assim como sua sala de atendimento.
- Conselho Escolar, reuniões pedagógicas e administrativas.

Aspectos Principais a Serem Observados na prática da OE

- Comunicação com os alunos e técnicas de acolhimento.
- Principais demandas dos alunos.
- Como os orientadores ajudam os alunos a lidar com questões de disciplina e hierarquia?
- Colaboração da OE com os professores e militares na escola?
- Quais atividades diárias são realizadas pelos orientadores e conjunta com os militares?
- Abordagem da OE aos problemas sociais, dificuldades acadêmicas, ou questões pessoais e emocionais dos alunos?
- Como a disciplina e a hierarquia militar afetam ou contribuem na prática da orientação educacional?

- De que maneira a cultura militar (disciplina, respeito, patriotismo) são reforçados ou questionados pela OE?

Diário de bordo

- Registrar as observações sobre interações, comportamentos e eventos sociais e escolar relevantes da OE.
- Anotar as principais impressões sobre a prática da orientação educacional no contexto militarizado.
- Fazer registros dos principais desafios e observados durante o período de observação participante.